

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 080

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 24 DE JUNHO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|-------------------------------|-----------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> | <i>Valdir Rossoni</i> |
| <i>PFL</i> | <i>Plauto Miró Guimarães</i> |
| <i>PTB</i> | <i>Ademar Traiano</i> |
| <i>PMDB</i> | <i>Orlando Pessuti</i> |
| <i>PPB</i> | <i>Tony Garcia</i> |
| <i>PT</i> | <i>Péricles de Holleben Mello</i> |
| <i>PDT</i> | <i>Edgar Bueno</i> |
| <i>PSDB</i> | <i>José Maria Ferreira</i> |
| <i>PL</i> | <i>Edno Guimarães</i> |
| <i>PSB</i> | <i>Ricardo Maia</i> |
| <i>PSC</i> | <i>Chico Noroeste</i> |

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 07: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 059ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE JUNHO DE 1999
(quinta-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Ademar Traiano.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52). Achando-se ausentes os Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Tony Garcia (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Estamos recebendo a visita do Deputado Luis Vieira, Primeiro Secretário da Assembléia do Estado de Santa Catarina, que está sentado ao meu lado e ao lado do 1º Secretário Hermas Brandão. Ao nosso ilustre visitante, boas vindas e a certeza que o Paraná e Santa Catarina sempre estarão unidos

porque fazem política, administração e geografia na mesma região.

Seja bem-vindo, Deputado Luis Vieira!

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1432

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência na tramitação legislativa do Projeto de Lei 301/99, que proíbe o Poder Executivo de realizar cortes no Orçamento de 1999, em programas da área social.

Sala das Sessões, em 24.06.99

(a) EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1433

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência na tramitação legislativa do Projeto de Lei 289/99, que dispõe sobre regras a serem observadas pelo Poder Executivo na propaganda, informes e publicações oficiais.

Sala das Sessões, em 24.06.99

(a) EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1434

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência na tramitação legislativa do Projeto de Lei 327/99, que obriga que os motéis e estabelecimentos similares determinem o preenchimento de ficha de controle, visando impedir a frequência de menores de 18 (dezoito) anos de idade e estabelece outras providências.

Sala das Sessões, em 24.06.99

(a) EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1439

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 110/99, que regulamenta o art.154, inciso IV, alínea "b" da Constituição do

Estado do Paraná, instituindo o Seguro Agrícola no Sistema Financeiro Estadual.

Sala das Sessões, em 24.06.99.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoioamento:

Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

O pedido de Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 110/99, que regulamenta o art.154, inciso IV, alínea "B" da Constituição do Estado do Paraná, instituindo o Seguro Agrícola no Sistema Financeiro Estadual, é necessário para agilizar a tramitação de um projeto de grande envergadura para o pequeno agricultor paranaense.

Tal momento é oportuno, pois, esta colenda Casa de Leis já aprovou a constituição de uma Frente Parlamentar de defesa da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, demonstrando sensibilidade social para com a questão da agricultura do Paraná. Além do que, segundo matéria do Jornal Folha do Paraná, do dia 23/06/99, a COSEP, uma estatal paulista estaria fazendo o seguro rural para os produtores paranaenses. Entendemos que, a responsabilidade de fazer o seguro agrícola para os agricultores paranaenses é do governo do nosso Estado e não do Governo de São Paulo. Por isto, peço o apoio dos nobres pares na aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1424

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 189/99, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que altera o Art.1º da Lei nº 11493, de 22 de julho de 1996, item nº 06 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, por 02 (duas) sessões.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.06.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 1426

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 24.06.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 1425

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER o desentranhamento de

documentos referente ao Projeto de Lei nº 341/98, que declara de Utilidade Pública o Centro Presbiteriano de Proteção à Infância e à Maternidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24.06.99.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1440

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, com base no art.107 do Regimento Interno a transformação da Assembléia em Comissão Geral para apreciar o Projeto de Lei nº 346/99 - Mensagem nº 012/99 - Banestado; para a próxima Sessão Ordinária do dia 28 de junho.

Sala das Sessões, em 24.06.99.

(aa) ALGACI TULIO, GERALDO CARTÁRIO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH, LUIZ FERNANDES SILVA LITRO, CHICO NOROESTE, BETO RICHIA, ADEMAR TRAIANO, HERMES BRANDÃO, MARCOS ISFER, DIVANIR BRAZ PALMA, CLEITON KIELSE, VALDIR ROSSONI, NELSON JUSTUS, DURVAL AMARAL, BASÍLIO ZANUSSO, SERAFINA CARRILHO, ANTONIO CARLOS BELINATI E EDSON PRACZYK.

REQUERIMENTO Nº 1438

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com fundamento no art.54, inciso 34 da Constituição Estadual e no art. 97, inciso I do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o duto Plenário, a convocação do Secretário de Estado de Segurança Pública, Senhor Cândido Martins de Oliveira para prestar informações a esta Casa, sobre as ações daquela secretaria relativos aos processos de desocupação de áreas produtivas invadidas por integrantes do MST, conforme vem sendo denunciado em Plenário.

Sala das Sessões, em 24.06.99.

(a) VALDIR ROSSONI.

REQUERIMENTO Nº 1437

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja solicitado ao Governador do Estado do Paraná, Senhor Jaime Lerner, que promova a destituição do Secretário de Segurança Pública, Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, por este não possuir as mínimas condições de permanecer frente àquela Pasta.

Sala das Sessões, em 24.06.99.

(aa) ÂNGELO VANHONI
IRINEU COLOMBO
HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se justifica pela forma desastrosa em que o Secretário de Segurança Pública vem desempenhando suas funções, especialmente no que tange aos despejos que tem realizado contra os Sem Terras.

O Secretário vem faltando com a verdade sistematicamente em suas declarações, e atuando de forma ilegal e arbitrária na condução do processo. Seu comando junto àquela Secretaria vem violando os direitos humanos, no qual ordena despejos durante à noite, promovendo violência contra crianças e mulheres que são arrancados de seus barracos em alta madrugada.

Ademais, nota-se pelo noticiado nos meios de comunicação, e documentado em fita de vídeo, que a Polícia Militar recebe verdadeiro treinamento de guerra para despejar os Sem Terras das áreas ocupadas. Tal fato evidencia que o Secretário não está primando pela segurança pública, mas está empenhado em desempenhar operações de guerra contra o MST, um Movimento Popular legítimo, que visa implantar a reforma agrária no país, no exercício de direito coletivo, expressão da cidadania, visando implantar programas da Reforma Agrária constante na Constituição Federal, conforme têm decidido os Tribunais.

Ante tais fatos, evidencia-se que o Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, não possui as mínimas condições éticas e morais de permanecer frente àquela Pasta, devendo pois o Governador destituí-lo imediatamente.

REQUERIMENTO Nº 1422

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de congratulações, ao Presidente da Associação de Vereadores do Médio Paranapanema, Vereador Wilson Aparecido Xavier pela forma competente como dirigiu a Associação em suas duas gestões.

REQUER ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Câmara Municipal de Arapongas, Praça Doutor Júlio Junqueira nº 88 - 9º andar, caixa posta nº 200, CEP 86701-160/Arapongas-PR.

Sala das Sessões, em 24.06.99.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição vem parabenizar o Vereador Wilson Aparecido Xavier e sua diretoria, frente a presidência da AVEMPAR nas gestões de 1997 e 1998. Ao encerrar sua primeira gestão em

1997, foi reeleito por aclamação unânime por mais de cem vereadores.

A sua gestão e de sua diretoria sempre foi marcada pela grande preocupação com o desenvolvimento sócio-econômico da região do Médio Paranapanema. Assim, promoveu palestras para discutir diversos temas que ajudaram a conscientizar os nobres vereadores daquela região sobre as necessidades de se buscar as soluções dos problemas em todos os setores.

O Vereador Wilsinho, como é carinhosamente conhecido por seus amigos, deixou também a marca de sua personalidade e seu caráter humano. Conseguiu, além de vários feitos como presidente da associação, reforçar um ambiente de amizade e parceria entre os vereadores. Investiu no aspecto humano da atividade política e conseguiu elevar a AVEMPAR à posição de associação de vereadores mais atuante do Paraná.

Muitas conquistas foram obtidas em suas gestões. A AVEMPAR se despede de seu grande presidente mais fortalecida e unida.

Isso é resultado do trabalho não apenas do político, mas do líder e grande amigo que é o vereador Wilsinho.

REQUERIMENTO Nº 1429

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nesta Casa, Votos de Congratulações, ao Clube Atlético Paranaense, pela inauguração nesta data, de seu novo estádio de futebol.

O novo espaço reservado para a realização de competições esportivas, prima pela sua modernidade e multiutilidades na realização de eventos podendo ser considerado o mais moderno da América Latina.

Substituindo o velho Estádio Joaquim Américo, na Baixada o chamado Arena, deverá não só aumentar a sua capacidade de abrigar o público, como também se tornará, por certo, no orgulho da sua enorme torcida.

Sala das Sessões, em 24.06.99.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1430

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à nova Diretoria da ASSEPAS - Associação das Entidades Paranaenses de Autogestão em Saúde (R. Mal. Deodoro 51, 9º andar - sala 901 - Gal. Ritz - Ctba), eleita para o biênio 1999/2001, em maio do corrente.

Sala das Sessões, em 24.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Eleita em maio de 1999 a nova Diretoria da ASSEPAS - Associação das Entidades Paranaenses de Autogestão em Saúde, Superintendência Estadual do CIEFAS/PR.

Fundada em agosto de 1997, a instituição vem crescendo e prestando um importante atendimento nesta área tão carente de organismos fortes e com capacidade de negociação.

Está assim constituída a nova diretoria da ASSEPAS:

- Nelson Prieto Machado - Presidente
- Mauro Pereira - diretor Administrativo - Financeiro
- Leibnitz Agibert - Diretor de Negócios Institucionais
- Sandro Sedez dos Reis - Primeiro Suplente
- Nilza Aparecida de Souza - Segunda Suplente.

À ASSEPAS e à sua nova Diretoria eleita, desejando muito sucesso à frente desta importante empreitada, recebam os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO nº 1431

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Rádio Clube Paranaense, pela comemoração de 75 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 24.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Rádio Clube Paranaense está completando no dia 27 de junho seus 75 anos de fundação. Foi a primeira emissora do Paraná e uma das pioneiras da radiofonia do Brasil. sua história está ligada à própria história do nosso Estado.

A Rádio Clube, essa nossa antiga conhecida, é o verdadeiro porta-voz de nossa gente que se manifesta levando notícias, pronunciamentos de nossos governantes, informativos e serviços a todos os cantos do Brasil.

Fundada em 1924, por um grupo que tinha por hábito reunir-se no sótão da residência do Senhor João Alfredo Silva, para ouvir rádio, foi ao ar no dia 27 de junho daquele ano, tendo sido assim constituída a sua primeira Diretoria:

- Francisco Fido Fontana - Presidente
- Lívio Gomes Moreira - Direção Técnica
- João Alfredo Silva - Secretário.

A Rádio que nasceu com objetivos educacionais, teve seu primeiro transmissor com uma potên-

cia de 3 Watts, quando Curitiba tinha apenas 70.000 habitantes.

Hoje, 75 anos depois a Rádio Clube Paranaense conta com transmissor de 50.000 Watts e mais três ondas curtas em 25, 31 e 49 metros, com alcance mundial e em 1935 recebeu o seu primeiro prefixo PRAN e seus novos equipamentos foram instalados no Alto São Francisco, já com 500 Watts de potência e recebeu o prefixo PRB2, que se tornou famoso em todo o Brasil.

Mais tarde os prefixos foram substituídos e a última letra do prefixo indica o estado, cabendo à Rádio Clube o prefixo ZYJ-200, ficando apenas como símbolo o slogan B2.

Durante mais de duas décadas foi a única emissora de Curitiba, pois somente no final da década de 40 surgiu a segunda emissora de Rádio Marumby e já em seguida a Rádio Guairacá. Nesta oportunidade grandes nomes de expressão da Rádio Clube transferiram-se para a Rádio Guairacá.

No entanto, muito intelectuais, políticas, engenheiros, advogados, juízes passaram pelos microfones da Rádio Clube. Ao longo destes anos, um dos programas de maior repercussão foi a Revista Matinal sob a responsabilidade de Artur de Souza e ficou no ar durante 29 anos, retornando recentemente com a nova roupagem. Diversos programas de auditório marcaram época, sob a responsabilidade de Ubiratan Lustoza.

Na época de ouro do Rádio, a Rádio Clube além de valorizar seu staff, trouxe para seus microfones muitos nomes famosos como Orlando Silva, Ataulfo Alves, Dalva de Oliveira, Gregório Barros, Nuno Roland, Tito Schipa, Carlos Galhardo, Vicente Celestino, Emilinha Borba, Marlene e outros.

A Rádio Clube foi a primeira em transmissão esportiva no Paraná e esta liderança ela mantém até hoje. A primeira transmissão esportiva foi realizada no dia 02 de setembro de 1934, direto da baixada em Curitiba, em jogo clássico do Atlético Paranaense e o Coritiba. Ainda, a Rádio Clube, desde 1970 transmitiu todas as Copas do Mundo.

O Rádio-teatro é outra página interessante da Rádio Clube. Um grupo de atores pertencia à emissora. Eram amadores, porém cheios de boa vontade e idealismo.

Dentre as muitas peças levadas ao ar, a primeira foi "A Ceia dos Cardeais", de autoria de Júlio Dantas, transmitida em 1934.

Desde a sua fundação, em 1924, a Rádio Clube se destacou pela preocupação de bem informar.

Hoje, integra a Rede Católica da Rádio RCR, junto com mais outros 170 emissoras e possui sua base de subida ao satélite integrando aproximadamente 30 emissoras do interior do Paraná.

Em 1974, a Rádio Clube Paranaense, sob a égide de Nossa Senhora do Rocio assumiu a incum-

bência de ser a portadora da Boa Nova, sendo hoje a maior Emissora Católica do Brasil.

Inicialmente sob a responsabilidade do Arcebispo, passou em 1992 para a Congregação dos Irmãos Maristas.

É uma das rádios mais ouvidas da nossa Capital e do nosso Estado.

É tradição da família paranaense sintonizar na Rádio Clube para ouvir notícias policiais, políticas econômicas, sociais, além de programas variados.

Tenho o orgulho de integrar há 24 anos a equipe de trabalho desta emissora que já se tornou patrimônio cultural e radiofônico do Paraná.

Com o programa Canal Aberto que vai ao ar diariamente das 06:30 hs às 08:55hs, procuramos levar ao povo da nossa terra informações e entrevistas com os assuntos do dia-a-dia.

Pela comemoração dos 75 anos de fundação trabalhando ininterruptamente em benefício do nosso povo, primando pela qualidade na radiotransmissão, receba a Rádio Clube Paranaense os votos de Congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1436

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de voto de congratulações ao Clube Atlético Paranaense, pela Reinauguração do Estádio Joaquim Américo, cognominado de "Arena, Baixada ou Caldeirão".

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os Artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando cópia do presente, ao Presidente do Clube, Senhor Mário Celso Petrágia, e ao vice-Presidente Ademir Adur.

Sala das Sessões, em 24.06.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

Algaci Tulio, Chico Noroeste, Nereu Moura, Nelson Justus, Luiz Fernandes Silva Litro, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Caíto Quintana, Ademar Traiano, Antonio Carlos Belinati, Hélio Rusch, Beto Richa, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Ricardo Maia, Duílio Genari, Edno Guimarães, Edgar Bueno, Cesar Seleme, Ademir Bier, Waldyr Pugliesi e Basílio Zanusso.

REQUERIMENTO Nº 1421A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Martins de Oliveira, Secretário de Estado de Segurança Pública,

solicitando providências no sentido de solucionar os problemas de segurança pública, ocorridos com os reassentados de Salto Caxias - Reassentamento Santa Bárbara.

Sala das Sessões, em 24.06.99.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoioamento:

Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento, justifica-se pela necessidade de coibir as abordagens feitas por um "grupo armado", que estão fazendo várias ameaças na estrada pública que leva até o reassentamento Santa Bárbara, Fazenda Refopaz, Grupo Santo Izidoro, entre as cidades de Cascavel e Catanduvas.

Há cerca de 40 dias vários reassentados sofrem revistas, são mostradas armas de fogo e feitos disparos para cima, este grupo de encapuzados se denomina "Pistoleiros Profissionais", e dizem que a abordagem se faz necessário para que não haja mais "sem terra", andando pela referida estrada.

REQUERIMENTO Nº 1435

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cônsul do Brasil no Paraguai, Joaquim Luiz Cardoso Palmeira, e ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Palmeira Lampreia, solicitando especial atenção ao casos dos brasiguaios, que estão perdendo suas terras, seus bens e seus direitos no Paraguai.

Sala das Sessões, em 24.06.99.

(aa) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se devido ao fato de os brasiguaios estarem sendo vítimas de constantes agressões e perseguições no vizinho país, sendo praticamente obrigados a abandonarem seus bens e suas terras, como forma de protegerem a sua vida e a de sua família. Solicitamos que a Consol brasileiro e que o Ministro das Relações Exteriores, interfiram junto às autoridades paraguaias, para que dêem a segurança necessária para que os brasileiros possam continuar contribuindo, como vêm contribuindo ao longo dos anos, para o desenvolvimento do Paraguai e para que tenham todas as condições necessárias para que possam trabalhar e gerar o seu sustento.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 359/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Missionária Oriental, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.06.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Atendendo ao princípio da motivação, apresentamos os objetivos da Sociedade Missionária Oriental, que tem por finalidade promover a extensão do reino de Deus através de atividades de caráter religioso e educativo; encorajar e promover o culto cristão nas igrejas e nas instituições religiosas, promover a educação religiosa através de seminários e outras instituições; organizar igrejas autônomas; colaborar com igrejas e instituições no serviço de assistência social, cultural e filantrópica; criar e manter os cursos maternal e Jardim de Infância; criar e manter os cursos de ensino de 1º e 2º graus; criar e manter o curso superior e pós-graduação; criar e manter faculdade de teologia e pós-graduação em teologia; colaborar na obra educativa, com os poderes públicos federal, estadual e municipal.

A Sociedade Missionária Oriental teve seu estatuto arquivado em junho de 1995, no Registro de Títulos e Documentos.

A instituição referida, através da faculdade de teologia, oferece cursos de pós-graduação, bacharelado, básico em teologia, educação cristã infantil, música sacra, campus avançados, básico por correspondência, instituto de línguas.

No ano de 1999, foram iniciadas as atividades do instituto de línguas e a escola primária de 1ª a 4ª séries.

Em razão dos relevantes serviços prestados à comunidade londrinense, a Sociedade Missionária Oriental já foi agraciada com o Diploma de Utilidade Pública pela Prefeitura de Londrina.

PROJETO DE LEI Nº 360/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a exigência de depósito prévio de qualquer natureza, para possibilitar internação de doentes em situação de urgência e emergência (estado de sofrimento intenso e/ou risco vida), em hospitais da rede pública ou privada.

Art. 2º - Comprovada a exigência de depósito, o hospital será obrigado a devolver em dobro o valor depositado ao responsável pela internação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.99.

(a) EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A constituição de 1988 considera a saúde como direito do cidadão e dever do Estado.

O art. 167 da Constituição Estadual, considera a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido através de políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção e recuperação.

O referido projeto pretende a aplicabilidade do dispositivo constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente e Senhores Deputados, na noite de antes de ontem veio a público pela Rede Globo de Televisão as fitas de vídeo que colocaram de maneira clara as mentiras do Secretário de Segurança Pública. Espero que as mentiras sejam apenas do Secretário de Segurança Pública e que não sejam do Governo do Senhor Jaime Lerner.

O Governador tem insistentemente, até ameaçou deputados e outras pessoas de serem processados porque o Governador do Estado afirma que não fere os direitos humanos das pessoas no Estado do Paraná. As denúncias que têm sido vinculadas pela imprensa ao longo desses últimos trinta dias tem demonstrado determinadas arbitrariedades cometidas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Acho que nós não podemos admitir, mesmo aqueles que acham que a violência pode estar sendo cometida por integrantes do MST por ocuparem áreas produtivas, por causar danos para a propriedade privada; mas nós não podemos admitir que o Estado promova violência ao arrepio da lei sobre o pretexto de combater a violência e o desrespeito à legalidade.

O Secretário Cândido Martins de Oliveira, Secretário de Segurança Pública, o Secretário conhecido por todos nós já de longa data sistematicamente veio à televisão nesses últimos dias tentar negar o inegável, tentar se contrapor contra as

evidências. Não dá para negar aquilo que a Secretaria de Segurança Pública vem fazendo junto aos trabalhadores sem-terras do Estado do Paraná.

A busca de tentativa de criminalizar o movimento, o completo descaso às inúmeras denúncias que a sociedade civil vem fazendo; e que os proprietários rurais, com algumas declarações da imprensa, afirmaram sistematicamente que estariam se armando para resistir à mão armada ao movimento dos trabalhadores sem-terras, até minas terrestres os proprietários rurais ameaçaram publicamente de colocar em suas propriedades, no campo no interior do Estado do Paraná. São perto de 200 trabalhadores sem-terras que foram presos nesses últimos anos, perto de 16 trabalhadores foram assassinados, lideranças dos trabalhadores sem-terras, 45 ameaças de morte e 06 casos de tortura comprovado com laudos médicos e pela Comissão Pastoral da Terra do Estado do Paraná. A Secretaria Pública não apurou uma única denúncia dos duzentos presos ilegais, que aconteceram no Estado do Paraná. Não apurou um único crime de assassinato feito aos líderes dos trabalhadores sem-terra, são dezesseis que morreram. Não há um único mandante de crime sobre investigação: pistoleiro, jagunço - até agora detido. O que vem demonstrar, que no governo do Jaime Lerner, infelizmente o aparelho de segurança pública está demonstrando para a sociedade paranaense, que está profundamente comprometido com o banditismo no Estado do Paraná, violando os direitos humanos dos trabalhadores e do povo do nosso Estado.

As denúncias que estão chegando à sociedade civil, hoje, demonstram cabalmente o comprometimento da Polícia Militar e da Secretaria de Segurança, de forma parcial, encobrendo criminosos, não apurando as responsabilidades no processo de investigação daqueles que são apontados, como suspeitos de crimes bárbaros acontecendo no interior do nosso Estado.

O Secretário mentiu para o povo do Paraná e mente sistematicamente. Ainda bem que nós temos um secretário que falta com a verdade. Porque quando faltamos com a verdade é possível sempre desmascarar aquele que mente. O Secretário disse sistematicamente para toda a imprensa do Brasil inteiro, para CBN Nacional, que não havia nenhuma desocupação de área no Estado do Paraná feita à noite, de madrugada. Agora, com as fitas de vídeo, que foram mostradas no horário da Rede Globo, o secretário de Segurança Pública, já deu quatro versões para o episódio: ontem, para o jornal da Globo local, à tarde, ontem, à noite e, agora, de manhã nos jornais, sobre a secretaria de segurança pública. O Secretário teve o desplante de dizer o seguinte: a operação militar pode começar à noite. Nós cercamos a cidade, o batalhão da Polícia Militar

do Grupo Águia, do GOI (sic), entram durante à noite na propriedade, algema as pessoas, deitam no chão as pessoas e fica ali conversando com os trabalhadores sem-terra. Quando chega o raiar do dia, quando a luz do sol aparece no horizonte - depois das seis horas é permitido, o oficial de Justiça lê o mandado judicial e a Polícia Militar começa a fazer a desocupação. No período da madrugada toda a polícia Militar fica apenas tomando chimarrão e conversando com os trabalhadores sem-terra. Essa é a versão do Cândido Martins de Oliveira.

Escutem: as pessoas têm bom-senso. A sociedade paranaense e o resto do Brasil têm capacidade para discernir o que é bom-senso, do que é certo e não é. O Secretário está expondo ao ridículo o Estado do Paraná com essas fantasiosas justificativas, de como é que ocorre uma operação militar, mostrando em vídeo os encapuzados dos Grupos GOI e Águia, entrando às duas horas da madrugada nas áreas de litígio e procedendo ilegalmente ações de despejo.

Nesse sentido não resta outra alternativa ao governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner: ou ele vai ser levado até o pescoço do seu governo, vai permitir que impregnem a alma do governo, como um todo, com os atos irresponsáveis do secretário Cândido Martins de Oliveira, na condução da Secretaria de Segurança Pública, expondo o Paraná e o governo do Estado, primeiro, ao desrespeito profundo dos direitos humanos. Não há outra alternativa um Secretário que mente, porque nós assistimos recentemente, do ponto de vista de intimidade pessoal, o Presidente da República da maior nação do mundo Bil Climpton sofreu um processo de impeachment, porque faltou com a verdade numa questão de intimidade pessoal. No caso do Sr. Cândido está mentindo, o povo do Paraná sabe que está mentindo. E acho que só compete a nós da Assembléia Legislativa ajudar o Governo do Estado do Paraná, o Governador Jaime Lerner a se livrar de algo que, se continuar, tenho alertado sistematicamente, as ações e o caminho que já tinha traçado pela Secretaria de Segurança Pública e por um grupo de fazendeiros e por setores da sociedade. Como entender, como resolver o grave conflito social agrário existente no Estado do Paraná que vai levar a duas situações. Em primeiro lugar a uma derrota do ponto de vista da civilização e do Governo do Estado, da preservação mínima dos direitos civis e direitos humanos do nosso Estado. Em segundo lugar, vai levar a exasperação do conflito no campo.

Acho que a irresponsabilidade, a falta de ética, a falta de moral, a falta de compustura, a falta de capacidade do ponto de vista do cargo que requer a Secretaria de Segurança Pública, que deve do ponto de vista jurisdicional, do ponto de vista da sua competência, na realidade dar garantias para a

vida das pessoas no Estado, é ele o responsável por parte do Governador Jaime Lerner delega ao Secretário Cândido Martins de Oliveira a condução da política do Governo frente a segurança pública do Estado do Paraná.

O Cândido Martins de Oliveira revelou por todas as razões que já sabemos, não precisamos enumerar todas as razões que conhecemos desse senhor na condução da Secretaria de Segurança Pública, que é um incapacitado para à frente da Secretaria de Segurança Pública.

Então acho que a Assembléia Legislativa deve ajudar o Governo do Estado do Paraná, para que o Governo possa reconduzir a Secretaria de Segurança Pública para o patamar do qual ela tem que cumprir com as suas funções profissionais.

O requerimento que estamos apresentando não leva em conta nada desse problema do ponto e vista do conflito social e do conflito da Reforma Agrária existente no Paraná. O problema do Candinho na condução desse processo, sem sombra de dúvida que ele não tem capacidade para assumir responsabilidades de Governo na frente da Segurança Pública. Por isso a destituição do cargo, do Candinho é na realidade um imperativo para que o Governo possa tentar alguma política na superação dos episódios que marcam o conflito no campo do Estado do Paraná.

Gostaria que o Secretário renunciasse, que pedisse a renúncia, como o rapaz da Polícia Federal, o Campelo, resistiu, resistiu a pedir a renúncia, até levando a uma renúncia insustentável, tanto a Bancada que dá sustentação ao Fernando Henrique Cardoso no Governo Federal, quanto ao conjunto do Congresso Nacional, ao conjunto do povo brasileiro, veio a pedir a sua renúncia.

Acho que o Cândido Martins de Oliveira fazia um grande serviço, para o Governador Jaime Lerner, ao Estado do Paraná se pedisse renúncia. mas como eu não acredito que o Secretário de Segurança Pública venha pedir a renúncia. Acho que a Assembléia Legislativa poderia fazer um processo de ajudar para que o Secretário fizesse essa reflexão. Estamos propondo hoje um requerimento, que os deputados votem o requerimento do pedido ao Governo do Estado do Paraná, que destitua o Secretário Cândido Martins de Oliveira na condução de Segurança Pública.

O episódio das fitas, é preciso lembrar o seguinte eu gostaria de ler para os senhores, enviado ao Secretário da Justiça do Estado do Paraná.

(Lê):

“MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS
DA PESSOA HUMANA
FAX/CDDPH/SEDH/MJ

Brasília, 21 de junho de 1999.

Excelentíssimo Senhor

Doutor JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO

Secretário da Justiça e da Cidadania do Estado do Paraná

Fax nº (041) 252-5010

Senhor Secretário.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, reportando-me aos conflitos agrários que vêm ocorrendo nesse Estado e estão sendo acompanhados por este Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, para solicitar informações sobre ameaças à integridade física do policial militar Antônio Cláudio Cardoso de Meira.

Segundo as informações que nos foram transmitidas pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual, o referido policial militar figura como testemunha de incidente em que teria havido violência policial, por ele filmado, e em tal condição a sua integridade física passou a ser ameaçada.

Buscando dar continuidade à colaboração em relação a tais conflitos com as autoridades estaduais, e considerando as circunstâncias da situação (um policial que denunciou colegas), cabe manifestar a nossa disposição em acolher a referida testemunha e incluí-la em programa voluntário de proteção especial. Para tanto, é necessário que sejam tomadas prévias providências em relação à sua situação funcional.

Em tais condições, muito agradeceria o envio de informações, preferencialmente por via do fax nº (061) 321 5171.

Atenciosamente

HUMBERTO PEDROSA ESPÍNOLA

Coordenador Geral do CDDPH

C/C Dr. Mário José Gisi - Procurador da República.
Fax nº 041 - 225-4833.”

Isso veio com cópia ao Procurador Geral da República. Foi notificado o Secretário da Justiça quanto a testemunha que trouxe as informações a respeito da fita de vídeo. Já assinou o protocolo, lá em Brasília, para proteção das testemunhas em todo o território nacional. deverá depor, ainda hoje às duas horas da tarde, na Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional. O Cândido Martins de Oliveira disse que são fitas montadas, não são verdadeiras. As fitas foram todas entregues à Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional. E o Congresso Nacional vai pedir uma peritagem das datas, horário, dos dias que constam nas fitas de vídeo. Não são só as fitas passadas na Rede Globo ou em outros veículos de comunicação. A recomendação que fazemos ao Cândido Martins de Oliveira e a Secretaria de Segurança Pública, não há apenas um informante, novos fatos serão revela-

dos agora na segunda-feira aqui na Assembléia e para a opinião pública nacional. A sugestão que fazemos é que o Secretário de Segurança Pública deixe o cargo. Permita que o Governo do Estado possa ter uma política correta de não violação dos direitos humanos. Que busque superar os conflitos agrários. Que busque discutir com o MST a superação desse conflito. Vamos chamar todos os integrantes da sociedade. A condução que o Secretário Cândido Martins de Oliveira vem fazendo a frente da Secretaria Pública vai levar o Governo Jaime Lerner a estar nas páginas policiais do Brasil inteiro daqui para frente. Os fatos e as informações que temos conhecimento são de gravíssimas irregularidades cometidas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Não dá mais para montar qualquer justificativa. A documentação já está toda com o Congresso Nacional. A Anistia Internacional está lá hoje com a sua representante de Nova York às 3:00 da tarde lá em Brasília e terá todo acesso a documentação. O Instituto UNICAMP de Criminalística vai fazer toda a peritagem das fitas de vídeos.

É grave a situação que o Secretário de Segurança Pública se meteu ao mentir para o povo do Paraná. Deve ter mentido para o Governador. Porque não acredito que o Governador Jaime Lerner concorde que a Polícia Militar aja da forma como agiu. Não posso acreditar que o Governador aceite transgredir as leis, ele que vem dizendo que respeita os direitos humanos. Aceite transgredir as leis, transgredir as normas da Constituição do nosso País, para violar o direito de pessoas humildes, de pessoas miseráveis, que não têm o que comer e não têm um pedaço de terra para trabalhar.

Não acredito que o Jaime Lerner aceite colocar um aparato policial à margem da lei, em nome do Estado, transgredir e violentar os direitos da pessoa humana.

Concedo o aparte ao Deputado Plauto Miró, que tem incansavelmente tentado defender o inconfessável com relação aos Direitos Humanos lá no interior do Estado do Paraná.

O Sr. Plauto Miró

Agradeço, mas vou passar o meu aparte para o Deputado Valdir Rossoni, porque vou usar da tribuna para fazer um pronunciamento.

O Sr. Valdir Rossoni

Quero inicialmente dizer que me parece que V.Exa., hoje, está homenageando Olívio Dutra, do Rio Grande do Sul.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Aliás, só para comentar Olívio Dutra, já aparece com todo o problema da Ford, celeuma

nacional, já aparece entre os oito melhores governos do Estado do Paraná.

O Sr. Valdir Rossoni

Do Estado do Paraná, não, do Brasil Senhor Deputado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Estava melhor colocado, já aparece em 5º lugar. Tem um prefeito que na última pesquisa estava em 1º lugar, já cai para o 3º lugar, estamos tecnicamente junto com o 4º lugar.

O Sr. Valdir Rossoni

Vossa Excelência já se encontra como satisfeito estando atrás três lugares.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Espere lá que os gaúchos já vão mostrar do que eles são capazes.

O Sr. Valdir Rossoni

Dei um ano para o senhor para comparar os salários dos professores.

O SR. ÂNGELO VANHONI

O senhor que vai ter que pagar os salários dos professores, porque lá no Rio Grande do Sul nós vamos pagar.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Vanhoni, quero dizer a V.Exa., até desculpe a brincadeira, nós temos liberdade para que isso aconteça. Quero dizer a V.Exa. que o seu pronunciamento da tribuna, ele teria mais peso político se na verdade esse jogo, que está acontecendo na questão das desocupações, das invasões, não tivesse todo um cenário montado. Esta é a grande verdade. Aqui no Paraná está acontecendo o seguinte, quando V.Exa. diz, que o Secretário de Segurança está falando com a verdade. A grande verdade é que as invasões feitas no Paraná, elas não são legais. São terras produtivas o Governo apenas está agindo sobre determinação da lei. É a Justiça que determina as desocupações.

O SR. ÂNGELO VANHONI

A lei não manda entrar.

O Sr. Valdir Rossoni

A lei manda invadir?

O SR. ÂNGELO VANHONI

O Secretário que está invadindo. O Secretário não pode desrespeitar a lei. O Estado tem que ser o garantidor da lei.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Ordem na Casa, está apartando o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, pelo Regimento Interno, concedo o aparte, posso retirar o aparte.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vossa Excelência concedeu o aparte, V.Exa. pode cassar o aparte.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Não, eu posso pedir para o Deputado Rossoni posso completar.

O Sr. Valdir Rossoni

Então eu abro mão do meu aparte estou vendo que V.Exa. está ficando nervoso, e não quero estragar o meu dia.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Não estou nervoso, estou num debate rico a respeito de um problema grave. Acho que o Secretário e Segurança Pública, se há ocupação de terra improdutiva no nosso país, a consciência cívica do nosso país inteiro, entende que a Reforma Agrária é uma necessidade. E as terras improdutivas, o Governo tem um programa de abertura de um processo para fazer a desapropriação e colocar as suas terras para cumprir a sua função social. O Governo Federal, é aprovada por Lei e a Constituição manda que a propriedade tem que ter uma finalidade social.

Agora, o Secretário de Segurança Pública, o Deputado Valdir Rossoni, na realidade vem querer justificar que se, veja bem, se um cidadão qualquer transgrediu a lei no Estado do Paraná, seja um só, ele transgrediu a lei, justifico a ação ilegal da polícia e da Secretaria da Justiça e da Segurança porque uma pessoa transgrediu a lei. Ora, o que é isto Deputado Valdir Rossoni aonde vamos chegar com uma linha de argumentação dessa? Na realidade é instituir a barbárie na nossa sociedade. Não podemos admitir isso em hipótese alguma. O Estado não pode ser o motivador, não pode ser o impulsionador da transgressão dos direitos civis e da sociedade.

Concedo o aparte ao Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Ângelo Vanhoni, toda atitude extremada não colabora em nada na solução de qualquer problema, principalmente relacionado à questão fundiária, à questão agrária no Brasil e no Paraná, especialmente tratando-se esta questão do problema mais sério hoje no Brasil, porque podemos fazer a seguinte leitura: Nenhum setor da

sociedade brasileira consegue mobilizar a população quanto hoje, a questão agrária. Quer dizer, o governo não pode mais querer atender ou fazer a opinião pública acreditar que não existe o problema, e o problema não seja tão sério quanto ele é.

A atitude do Secretário de Segurança é uma atitude com relação ao episódio das desocupações, é uma atitude que mancha o Paraná, a nível nacional.

O Jornal Nacional da Rede Globo que tem mais de 50% de audiência a nível nacional, deixou muito claro com documentos com vídeos, com horário, inclusive a Rede Globo colocou no ar uma evidente mentira do Secretário, quando ele apareceu dando uma entrevista dizendo que as desocupações só ocorreram durante o dia, aí o repórter Caco Barcelos da Rede Globo disse: Mas não é o que aparece, e mostrou o vídeo, aonde está lá claramente duas horas e trinta e cinco minutos da madrugada, o momento em que foi feita a desocupação.

É evidente que o Secretário de Segurança Pública está gerando ao Governador Jaime Lerner um mal-estar, é evidente, o Secretário de Segurança Pública não está ajudando, não está colaborando em nada, para que o Paraná possa resolver este grave problema da questão fundiária.

Se foi colocado aqui Deputado, existem atitudes extremadas do MST com as quais não concordamos? Existem. Mas não é isso que está na mesa, o que está na mesa hoje de discussão são as atitudes erradas, incorretas e que estão manchando a imagem do Governador Jaime Lerner, e a preocupação de Vossa Excelência ao abordar este assunto, é na governabilidade do Paraná, é na imagem do Governador, na credibilidade, e é por isso que estou do lado de Vossa Excelência, no momento em que Vossa Excelência vem e pede ao Governador Jaime Lerner, se disfaça de um assessor que não tem correspondido com a expectativa no desempenho do cargo para o qual ele foi nomeado, um cargo de confiança do Governo do Estado. E ficou muito claro, não só no episódio das fitas da Rede Globo, mas em todos os episódios, no próprio relacionamento com esta Assembléia. a Comissão de Terras fez um convite para o Secretário de Segurança vir aqui, ele simplesmente esnobou a Comissão de Terras, não compareceu e devolveu o convite à Comissão de Terras, não querendo vir discutir o problema.

E o que queremos, Deputado Ângelo Vanhoni? Queremos ajudar o Governo do Estado. Há pouco tempo atrás usei da tribuna para elogiar o Governador Jaime Lerner com relação a sua conduta, em relação ao problema agrário. Infelizmente hoje, pelas circunstâncias que de lá para cá ocorreram, estamos aqui fazendo reparos e pedindo ao Governador que queremos ajudá-lo, e para ajudá-lo,

nesse instante é necessário que o Governador demita o Secretário de Segurança Pública.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, para concluir, tenho dois minutos ainda, se o apartado Deputado Irineu Colombo e do Deputado Caíto Quintana for breve, temos dois minutos para concluir.

O Sr. Irineu Colombo

Deputado Vanhoni, queria dar alguns testemunhos: acho que o Governo já avançou no aspecto. Tivemos aqui e visita, gostaria que o Deputado Valdir Rossoni prestasse atenção na análise cronológica, que faço brevemente, dos fatos que vínhamos anunciando. Tivemos uma Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Deputado Nelmário Miranda, numa audiência com o Governador Jaime Lerner. Naquela audiência estava o Secretário Cândido, eu, outros tantos Deputados, Fernando Gabeira, um Senador do Rio de Janeiro, e falamos com o Governador: "Governador, a polícia está usando de métodos truculentos; está extrapolando a atividade, meramente, desocupação da área; estão prendendo ilegalmente esses Sem-Terras; usando capuz, uma polícia que não tem "cara". e o Secretário, na frente da Comissão Nacional de Direitos Humanos, da Comissão da Câmara de Direitos Humanos, negou, negou veementemente. Acabada a reunião, Deputado Valdir Rossoni, voltei-me para o nosso colega José Tavares, que é Secretário de Justiça, e falei, naquela ocasião, para o Secretário de Justiça que eu tinha uma fita e que gostaria de mostrar esta fita para ele, se eles não estavam acreditando no que o Secretário de Segurança estava fazendo para sabotar o próprio Governo. O Secretário então falou, que num momento desses me chamaria para que eu mostrasse a fita. Evidentemente, não deram crédito a mim, como não deram crédito ao jornalista Geraldo Mazar, quando ele falava que a polícia estava usando de métodos absolutamente ilegais e truculentos. Quando veio a mim várias e várias denúncias de dentro da polícia e continuam vindo, de setores da polícia que são divergentes, setores de cúpula da polícia que são divergentes da prática que estão ocorrendo, denunciando, inclusive, atrocidades do Major Neves, tenho informações, inclusive, que o Major Neves deu sumiço em policiais do Grupo Águia, métodos que fazem sumir as pessoas. Queremos dizer que existe uma polícia sã no Paraná e existe um Governo que está levando uma parte da polícia para a truculência, o Governo que não quis ouvir quando falamos que tínhamos provas, era ilegal, avisamos aqui os Deputados que a ação era absolutamente ilegal e que precisávamos tomar uma posição. Agora, o governo avançou, Deputado Anibal

Khury, Senhores Deputados, o Governo finalmente admitiu que estão havendo desocupações na madrugada, no arrepio da lei, em todos os jornais e nas falações, inclusive.

Agora, parte para o segundo ponto, que é tentar justificar aquilo que sempre negaram e mentiram para nós Deputados, mentiram para a Comissão, mentiram para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vossa Excelência tem mais dois minutos.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deputados, o caminho que queremos trilhar é aquele caminho que venho discutindo com os Deputados desde a hora em que a Assembléia discutiu a Comissão de uma formação especial. A Assembléia tem que ser o palco para a superação dos conflitos sociais no Estado do Paraná, sobretudo os conflitos sociais no campo, que estão acirrados, estão havendo mortes e está havendo uma ação ilegal por parte da Polícia Militar do Estado do Paraná. Se o Governo do Estado do Paraná, se o Governador Jaime Lerner quer ter a certeza de conduzir a política do ponto de vista fundiário do Estado do Paraná, tem que se desfazer do Secretário Cândido Martins de Oliveira. O Secretário Cândido Martins de Oliveira compromete o Governo do Estado do Paraná com os seus métodos e com a sua postura perante a opinião pública do Estado do Paraná e de todo o Brasil. Não há como negar os fatos, a documentação já está toda em Brasília. Na semana que vem uma Comissão de Senadores e uma Comissão dos Direitos Humanos virá novamente a Curitiba para trazer para o Governador do Estado do Paraná toda a documentação, os filmes, o depoimento que foi dado pelas pessoas envolvidas em todo o processo e exigir do Governador do Estado do Paraná que destitua o Cândido Martins de Oliveira da Secretaria de Segurança Pública. Fazemos uma boa coisa ao Governo, se os Deputados aprovarem o requerimento pedindo que o Governo do Estado destitua já, amanhã, ainda hoje o Secretário de Segurança Pública, o Cândido Martins de Oliveira da frente da Secretaria de Estado. Espero que os Deputados entendam a gravidade do momento e votem favoravelmente a este requerimento que estamos colocando em votação na data de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Entendo que o mais correto neste momento seria que cantássemos aqui o hino do nosso Clube preferido o Estado do Paraná. Mas infelizmente não

conseguimos até agora, com a nossa assessoria, que chegasse até o sistema de som o Hino do Clube Atlético Paranaense.

Em nome de todos aqueles que nesta Casa estão na condição de Parlamentares, na condição de visitantes ou de funcionários do Poder Legislativo do Estado do Paraná, quero realmente com muita alegria, Deputado Anibal Khury, manifestar o nosso contentamento e entusiasmo pela reinauguração do Estádio Joaquim Américo.

Vossa Excelência que teve o privilégio e a responsabilidade de presidir este clube, sabe com propriedade maior que cada um de nós que estamos aqui neste momento, o sentimento que move a nossa Capital Curitiba e Região Metropolitana, mas, tenho certeza, por este Brasil afora a exemplo de outras grandes agremiações do nosso território brasileiro que hoje não se situam como equipes apenas de interesse estadual mas que ultrapassam as fronteiras do nosso Estado.

O Atlético Paranaense, uma equipe formada por pessoas com um sentimento desportivo muito grande, conquistou os mais importantes títulos disputados no Estado do Paraná e até fora dele e dá, certamente, a sua torcida, um presente maravilhoso ao inaugurar no dia de hoje as novas dependências do Estádio Joaquim Américo, sem sombra de dúvida, no momento, o mais moderno estádio de futebol do Brasil!

A "Baixada", o "Caldeirão", como costumamos chamar e gritar nos momentos de disputa futebolística, sem sombra de dúvida, a "Baixada", o "Caldeirão", dará a todos nós, os desportistas paranaenses e brasileiros, a oportunidade de ali demonstrarmos toda a nossa alegria, todo o nosso contentamento que uma partida de futebol pode propiciar àqueles que num estádio comparecem e mesmo àqueles que diante do vídeo ou do rádio podem sentir, num confronto futebolístico.

Quero, neste momento em que apresentamos um requerimento de congratulações, já subscrito pela maioria dos Deputados que aqui se encontram, dizer da alegria que tenho de poder, na condição de atleticano, anunciar neste Plenário, a reinauguração do Estádio Jardim Américo. Um estádio que vem para propiciar ao Clube Atlético Paranaense condições ímpares na busca de melhores competições, na busca de novos títulos e na busca da formação de uma grande equipe, conforme já se articula, para o Campeonato Brasileiro, que se desenvolverá ao longo do 2º Semestre.

Mas, Senhor Presidente, não é apenas o "Caldeirão", a "Baixada", que se ergue neste momento, não é apenas o Estádio Joaquim Américo que se entrega a toda uma nação rubro-negra, a toda uma cidade, a toda uma região no Estado, a um País, e porque não dizer, ao mundo, porque já no sábado

aqui teremos a presença da seleção da Letônia num confronto com a seleção brasileira. O mundo estará com os seus olhares voltados para o "Caldeirão", para a "Baixada", para o Estádio Joaquim Américo no próximo sábado, porque uma competição internacional ali estará acontecendo, e sendo a nossa seleção aquela que ocupa a melhor posição no "ranking" internacional, certamente que os jornalistas, aqueles que se dedicam à cobertura do desporto nesse mundo todo estarão com suas lentes montadas para aquilo que acontecerá no sábado no Estádio Joaquim Américo.

Mas eu disse, não é apenas isso, Senhor Presidente, também no sábado, meu prezado amigo Deputado Nelson Justus, também Conselheiro do Clube Atlético Paranaense, também no sábado pela manhã, por volta das 10:00 horas, teremos a oportunidade de no Bairro do Umbará estarmos inaugurando oficialmente o Centro de Treinamento do Atlético, mais conhecido como Caju. O Caju que sem sombra de dúvida muito bem representou o esporte paranaense, integrando inclusive a seleção brasileira, e que é no seio atleticano uma das figuras mais marcantes da nossa história do futebol.

Quero, portanto, Senhor Presidente, em meu nome pessoal em nome de todos aqueles que invergam a camisa atleticana na condição de torcedores, integrantes do Conselho Deliberativo, da Diretoria, manifestar a nossa alegria, nosso entusiasmo. E cumprimentar mais uma vez Vossa Excelência, porque se o Atlético está hoje como está, deve também muito disso a Vossa Excelência que, num momento muito difícil daquele Clube, quando não se tinha centro de treinamento, quando não se tinha estrutura e os patrocínios que se tem hoje, Vossa Excelência assumiu o comando daquela equipe cuidando para que muitas vezes o sanduíche de mortandela não faltasse para que os jogadores pudessem continuar atuando pelo nosso querido e glorioso Clube Atlético Paranaense, o nosso querido Furacão Rubro-Negro.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Agradeço o Deputado Orlando Pessuti pelas palavras, realmente o Atlético tem demonstrado uma pujança muito grande, um sacrifício muito grande dos seus diretores, fui Presidente do Atlético e sei bem o sacrifício que os dirigentes fazem para a conquista não só na parte do esporte, como na parte material. Me lembro para trocar as traves no Atlético no tempo que fui Presidente levei seis meses, porque não havia recurso nenhum, as traves eram de madeira e nós pudemos mudar, esperando seis meses, para trave de ferro. Então, Deputado Orlando Pessuti, nós que somos atleticanos, estamos felizes com a inauguração do Estádio e de Cen-

tro de Treinamento do Atlético que vai ser inaugurado também esta semana. Agradeço as palavras de Vossa Excelência.

Deputado Basílio Zanusso com a palavra.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO

Senhor Presidente e Srs. Deputados, ouvi com muita atenção as palavras do Deputado Vanhoni referindo-se a pessoa do Ilustre Secretário de Segurança Pública do Estado, o Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira. E o Deputado Vanhoni, competente Parlamentar que é, orador de fácil palavra, culto, novamente foi à Tribuna, discorreu sobre o seu propósito, e o objetivo do Requerimento, não sei se é de autoria de Sua Excelência ou da Bancada do PT, a qual ele pertence e é Líder. Reconheço na pessoa do ilustre Deputado Vanhoni, um dos mais competentes Deputados, não desta Casa, desta Legislatura. Confesso com alguma satisfação, que ele enriquece essa Casa, pela sua cultura, dedicação à coisa pública e pela inteligência que tem e Deus lhe deu. Mas não podia calar-me, sentado aqui, ouvindo as palavras embora eloqüentes, mas não convincentes, quanto a pessoa do Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira. Particularmente quando sua Excelência Deputado Vanhoni, refere-se ao Candinho, nosso amigo, ex-parlamentar dessa Casa, como incompetente e incapaz.

Pode não ser o Sr. Dr. Candinho, o Cândido Manuel, como queiram, exercer as funções de Secretário de Estado e de Segurança do Estado do Paraná a contento da Bancada do PT ou de Sua Excelência, o Deputado Vanhoni. Mas o Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira tem um dos maiores e melhores currículos dos homens públicos do Paraná.

Conheci, ainda jovem, o Candinho, dirigindo a FUNDEPAR. Logo depois, como Secretário de Educação desse Estado parece-me que repetiu, quando voltou a ser Secretário por duas ou três vezes, na Secretaria de Educação, uma das maiores e importantes do Estado. Foi, o Dr. Cândido, Deputado Estadual passou aqui nessa Casa e foi um dos mais brilhantes parlamentares, pela sua combatividade, cultura e por sua dedicação à causa pública. Marcou a sua passagem nessa Casa com discursos inesquecíveis em favor do Paraná. Depois, membro conselheiro do Tribunal de Contas, também indicado pelo governador e ratificado, na ocasião, por essa Casa, parece-me por unanimidade.

Portanto, Srs. Deputados, não posso aceitar, que conheço o Dr. Cândido e convivo com ele, nas relações que nos aproximam em função dos nossos cargos há quase trinta anos, que conheço bem o seu propósito e o seu trabalho, antes e depois: como Secretário de Segurança, não podia deixar de fazer

esse registro, não só como um dever de consciência minha, um dever de justiça com o Paraná.

Essa questão, Srs. Deputados, de substituição de secretário de Estado está muito longe da competência de uma bancada de oposição propor nessa Casa, já que a nomeação e a demissão do Secretário de Estado é assunto de competência exclusiva do governador do Estado. Quando o governo do PT estiver no Palácio Iguaçu, o Deputado Vanhoni, seus companheiros e colegas de bancada ou de partido poderão propor da mesma forma que o faz neste instante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra no Grande Expediente ao Sr. Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a tribuna hoje, da mesma forma como o Deputado Orlando Pessuti prestar homenagem merecida ao Clube Atlético Para-naense, o "Furacão da baixada". Glória da torcida Atleticana, muito embora seja eu um Paranista, mas reconheço nesse momento que o Atlético neste ano de 1999, restou tão somente a inauguração do seu Estádio da sua Arena, magnífico, que é realmente orgulho para todos nós Paranaenses.

Como Paranista, só me resta torcer para que não tenhamos uma terceira partida com o Coritiba, porque se não vamos requisitar a Baixada para fazer a nossa grande festa, comemorando o Título diante do Coritiba, que eternamente tem sido o grande Vice do Paraná Clube.

Mas também cumprimentando o nosso Presidente, que durante muito tempo, que comecei a minha carreira no rádio, como Repórter Esportivo e que de grandes momentos, lá no acanhado Estádio da baixada, cobrindo os jogos de futebol, levando boladas na cara, na cabeça, porque o espaço era muito pequeno entre os gols e o alambrado, e tradicionalmente os repórteres ficam atrás e as pancadas eram violentas.

mas o Atlético sem dúvidas alguma, é uma grande glória do Esporte do Paraná. Se não tivesse o Atlético, o Coritiba, não teria graça os títulos conquistados pelo meu Paraná Clube.

Mas venho também a tribuna Sr. Presidente, para prestar uma homenagem a Rádio Clube Paranaense.

(Lê).

"A Rádio Clube Paranaense, está completando no dia 27 de junho seus 75 anos de fundação. Foi a primeira emissora do Paraná e uma das pioneiras da radiofonia do Brasil. Sua história está ligada à própria história do nosso Estado. A Rádio

Clube, essa nossa antiga conhecida, é o verdadeiro porta-voz de nossa gente que se manifesta levando notícias, pronunciamentos de nossos governantes, informativos e serviços a todos os cantos do Brasil.

Fundada em 1924 por um grupo que tinha por hábito reunir-se no sótão da residência do Sr. João Alfredo Silva para ouvir rádio, foi ao ar no dia 27 de junho daquele ano, tendo sido assim constituída a sua primeira Diretoria:

- Francisco Fido Fontana - Presidente
- Lívio Gomes Moreira - Direção Técnica
- João Alfredo Silva - Secretário

A Rádio, que nasceu com objetivos educativos, teve seu primeiro transmissor com uma potência de 3 Watts, quando Curitiba tinha apenas 70.000 habitantes. Hoje, 75 anos depois a Rádio Clube Paranaense conta com transmissor de 50.000 Watts e mais três ondas curtas em 25, 31 e 49 metros, com alcance mundial e em 1935 recebeu o seu primeiro prefixo PRAN e seus novos equipamentos foram instalados no Alto São Francisco, já com 500 Watts de potência e recebeu o prefixo PRB2, que se tornou famoso em todo o Brasil. Mais tarde os prefixos foram substituídos e a última letra do prefixo indica o Estado, cabendo à Rádio Clube o prefixo ZYJ-200, ficando apenas como símbolo o slogan B2. Durante mais de duas décadas foi a única emissora de Curitiba, pois somente no final da década de 40 surgiu a segunda emissora da Rádio Marumby e já em seguida a Rádio Guairacá. Nesta oportunidade grande nomes de expressão da Rádio Clube transferiram-se para a Rádio Guairacá. No entanto, muitos intelectuais, políticos, engenheiros, advogados, juizes passaram pelos microfones da Rádio Clube.

Ao longo destes anos, um dos programas de maiores repercussão foi a Revista Matinal sob a responsabilidade de Artur de Souza e ficou no ar durante 29 anos, retornando recentemente com nova roupagem. Diversos programas de auditório marcaram época, sob a responsabilidade de Ubiratan Lustoza.

Na época de ouro do rádio, a Rádio Clube, além de valorizar seu staff, trouxe para seus microfones muitos nomes famosos como Orlando Silva, Ataulfo Alves, Dalva de Oliveira, Gregório Barros, Nuno Roland, Tito Schipa, Carlos Galhardo, Vicente Celestino, Emilinha Borba, Marlene e outros.

A Rádio Clube foi a primeira em transmissão esportiva no Paraná e esta liderança ela mantém até hoje. A primeira transmissão esportiva foi realizada no dia 02 de setembro de 1934, direto da baixada em Curitiba, em jogo clássico do Atlético Paranaense e o Coritiba. Ainda, a Rádio Clube, desde 1970 transmitiu todas as Copas do Mundo.

O Rádio-teatro é outra página interessante da Rádio Clube. Um grupo de atores pertencia à Emis-

sora. Eram amadores, porém cheios de boa vontade e idealismo. Dentre as muitas peças levadas ao ar, a primeira foi "A Ceia dos Cardeais", de autoria de Júlio Dantas, transmitida em 1934.

Desde a sua fundação, em 1924, a Rádio Clube se destacou pela preocupação de bem informar. Hoje integra a Rede Católica da Rádio RCR, junto com mais outros 170 emissoras e possui sua base de subida ao satélite integrando aproximadamente 30 emissoras do interior do Paraná.

Em 1974, a Rádio Clube Paranaense, sob a égide de Nossa Senhora do Rocio assumiu a incumbência de ser a portadora da Boa Nova, sendo hoje a maior Emissora católica do Brasil. Inicialmente sob a responsabilidade do Acerbispado, passou em 1992 para a Congregação dos Irmãos Maristas.

É uma das rádios mais ouvidas da nossa capital e do nosso Estado. É tradição da família paranaense sintonizar na Rádio Clube para ouvir notícias policiais, políticas, econômicas, sociais, além de programas variados. Tenho o orgulho de integrar há 24 anos a equipe de trabalho desta emissora, que já se tornou patrimônio cultural e radiofônico do Paraná. Com o Programa Canal Aberto que vai ao ar diariamente das 6:30 horas às 8:55 horas, procuramos levar ao povo da nossa terra informações e entrevistas com os assuntos do dia-a-dia. Sempre com muita independência, procurando abordar todos os aspectos da notícia, sem torcer para este ou para aquele lado.

Pela comemoração dos 75 anos de fundação, trabalhando ininterruptamente em benefício do nosso povo, primando pela qualidade na rádiotransmissão, receba a Rádio Clube Paranaense os Votos de Congratulações do Poder Legislativo do Paraná".

Tenho certeza de todos aqueles que ao longo de suas vidas, também acompanharam, ainda antes da chegada, antes do evento da televisão. Aí está o Willian Sade, um dos mais antigos comunicadores, com programas de grande audiência também na Rádio Clube Paranaense, na Rádio Guairacá, é testemunha ocular da importância do rádio. Quando se pensou que com a chegada da televisão, que o rádio perderia o seu espaço, enganaram-se todos. Porque mais do que nunca o rádio continua sendo o grande veículo de comunicação, o veículo que dá motivação para aquele que trabalha atrás do microfone, a dar a notícia.

Por isso, fico muito feliz de poder nesta manhã de quinta-feira, na véspera do aniversário da Rádio Clube Paranaense, vir aqui até esta tribuna fazer aqui meus votos de parabéns, à direção da Rádio Clube, e dizer da minha satisfação.

Tem o aparte o Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana

Deputado, quero me somar a esta homenagem que Vossa Excelência faz a Rádio Clube Paranaense. Tive o prazer de lá nos idos anos de 60, no Rio Grande do Sul, trabalhava em rádio, sei o quanto Vossa Excelência deve sentir orgulho no dia de hoje saudar, uma emissora que Vossa Excelência trabalha. Mas queria registrar neste dia para dizer uma coisa, que o Sudoeste do Paraná, normalmente era e continua ainda sendo uma informação muito forte do Rio Grande do Sul através das emissoras Gaúchas, Guaíba, Farroupilha, que entram bem no Brasil inteiro. E nós sempre tivemos uma deficiência de rádio cobrindo todo o território do Estado do Paraná.

Não sou técnico desse assunto, não entendo as razões, talvez uma questão de frequência, que nós muitas emissoras que têm boa audiência em Curitiba, chega um pouco além de Palmeiras e somem do ar.

Mas para registrar nesse seu pronunciamento, uma das únicas emissoras, que atinge o Sudoeste do Paraná, é exatamente a Rádio Clube Paranaense.

Portanto, tem além de todas as qualidades que Vossa Excelência traçou, ao pioneirismo, que essa emissora teve no Estado do Paraná, tem ainda esta característica de transmitir via rádio a informação dos acontecimentos do nosso Estado, dos nossos Governos, do que acontece na nossa Capital, dos assuntos nacionais e estaduais. Porque essa emissora talvez seja uma das únicas do Paraná que atinge todos os recantos do nosso Estado.

Parabéns para Vossa Excelência e me somo na homenagem que Vossa Excelência faz à Rádio Clube Paranaense, um padrão de qualidade no Estado do Paraná.

O SR. ALGACI TULIO

Apenas esclarecendo a questão de potência.

É que cada rádio tem um limite de potência, porque se de repente se ela está na mesma potência da Rádio Clube, por exemplo, nós temos a Rádio Clube Pontagrossense que está a 100 km de Curitiba. Então a Rádio Clube não pode aumentar a potência sobre pena de ultrapassar aquela emissora.

No entanto ela tem três ondas curtas, que até alguns anos atrás eram interessantes, hoje não mais, porque os rádios fabricados hoje só tem AM e FM. Portanto, as três ondas curtas do Rádio Clube Paranaense, deixam de ser utilizados, porque não existe mais o rádio apropriado para isso, lamentavelmente.

Daí porque a entrada do satélite, e ela hoje tem uma rede com mais de trinta emissoras que transmite para o Paraná inteiro, em determinados horários os jornais que vão via satélite.

Então este é o papel do Rádio Clube. Nós temos este fato realmente que é a questão do Sudoeste, que são as rádios gaúchas e temos o Norte Pioneiro, que é o Norte Velho as rádios paulistas, que também chegam com muita força. Mas, é realmente um fato interessante, mas é tudo esquematizado, é tudo validado através do BENTEL que não permite a extrapolação da potência da rádio. Mas à noite a Rádio Clube, na onda média no Rio de Janeiro na Baixada Santista, no interior de São Paulo, no interior do Paraná, em Maringá ela sintoniza a partir de cinco horas da tarde, você sintoniza na onda média a Rádio Clube Paranaense.

Concedo um aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Algaci Tulio, quero cumprimentar V. Exa. por esse pronunciamento que faz em homenagem à nossa Rádio Clube Paranaense, e justamente o que quero também comentar neste instante é isso que V. Exa. complementou agora em cima do aparte que fez o Deputado Caíto Quintana.

O SR. ALGACI TULIO

Aliás, V. Exa. tem todas as condições de explicar porque é proprietário de Emissora de Rádio, sabe como são as normas.

O Sr. Orlando Pessuti

Com certeza, e quero dizer o seguinte, que quando cheguei em 1983, no Governo de José Richa, uma das coisas que mais insistíamos junto ao Secretário do Interior, Nelson Friedrich, junto ao seu Chefe de Gabinete e posteriormente um dos diretores da RÁDIOPAR, o nosso companheiro, posteriormente Deputado Nilton Roberto Barbosa, era com relação justamente ao sinal de televisão que não chegava ao interior do Estado do Paraná com a qualidade que precisava. Foi uma das coisas que mais lutamos. E naquela oportunidade o exemplo que usávamos também era a questão do sinal de rádio.

Nós que somos do Paraná do norte como alguns costumam dizer, o Deputado Caíto que é do Paraná gaúcho, como alguns costumam dizer, V. Exa. que é do Paraná sulista como alguns costumam dizer, o Paraná tradicional, o Paraná caboclo. A gente senti isso com muita clareza. A colonização do norte do Paraná que veio por São Paulo, os paranaenses lá residentes, normalmente sintonizam as rádios locais ou as rádios de São Paulo. A Tupi, nos grandes tempos, agora a Record, a Bandeirantes, a Rádio Capital, a Rádio Globo, mas não sintonizam as rádios da nossa capital paranaense, Curitiba.

E isso na minha avaliação causa ao Estado do Paraná, nesse processo de interação, nesse processo

de integração de todos os povos que aqui existem como paranaenses, é prejudicada essa integração, e nós naquela oportunidade defendíamos que alguma coisa teria que ser feita, insistimos nisso no Governo do Richa, no do Álvaro, no do Requião, temos insistido agora no Governo de Jaime Lerner, para que façamos alguma coisa na questão do rádio, porque realmente essa limitação que é imposta pelo DENTEL, ela pode ser tecnicamente justificada, mas do ponto de vista dos interesses do Estado do Paraná ela não é justa, porque a Rádio Gazeta de São Paulo entra aqui na frequência 890, entrá lá dentro de Ivaiporã, engolindo, vamos dizer a frequência 890 da Radiobá, que é de apenas 1 quilo e que à noite funciona com 250, então ela engole dentro de Ivaiporã, muitas vezes é difícil à noite você sintonizar a Radiobá porque a Gazeta entra com seus 50 quilos e acaba engolindo, evidentemente, inclusive a Rádio local.

Por que é que a Rádio do Rio Grande do Sul que tanto admiramos e ouvimos, as rádios de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Brasília, podem ser ouvidas em todo o território paranaense e a nossa B2, Banda B, Independência, Ouro Verde, Universo, Marumbi, enfim todas as nossas emissoras não podem ser elas ouvidas pelos paranaenses.

Então, acho que é um trabalho que deveríamos fazer, na questão da televisão é mais crítico ainda, Deputado Algaci Tulio, porque como bem diz V. Exa. na questão do rádio, temos o recurso das ondas curtas, e devo dizer que tenho tido assim satisfação pessoal muito grande, de vez em quando algumas pessoas amigas que residem em São Paulo, que residem em outros Estados, como foi o caso do meu colega médico, Percy Rachtbach, que trabalhava no Instituto do Desenvolvimento Agrário de Goiás, o IDAGO, que em 1984, 85, ouvindo uma nossa entrevista defendendo o comodato de terras para fins de assentamento, ele, - ouvindo como paranaense de Quatro Costados, nascido no Norte Pioneiro em Santo Antonio da Platina, - nos mandou de lá os subsídios daquilo que eles estavam fazendo.

Então, a B2 sem sombra de dúvida, e agora a Banda B também andando mais longe tem propiciado isso, e através das ondas curtas se consegue, no caso da televisão é uma coisa muito crítica.

Temos municípios do Estado do Paraná, do interior do Paraná, nessa região centro sul, Campos Gerais, caminhando para o centro, a região de médio centro oeste paranaense de Laranjeiras do Sul, Marquinhos, Goioxim, Cantagalo, Laranjal, Palmital, Santa Maria do Oeste, onde tenho certeza e convicção de afirmar aqui que o sinal captado na televisão 90% é através de antenas parabólicas.

Portanto, para aquelas pessoas o trabalho da Assembléia, o trabalho do Governo, o trabalho dos

paranaenses não é conhecido, pois não sintonizam aquilo que acontece no Estado do Paraná.

Então, em homenagem àquilo que faz a B2, em homenagem àquilo que diz V. Exa., quero me somar a tudo e dizer que alguma coisa deveríamos fazer, sim, em favor de uma comunicação mais abrangente, através das nossas emissoras de rádio e através das nossas redes de televisão para que elas cheguem a todos os recantos do Paraná. O jornal chega, a Gazeta do Povo, o Estado do Paraná, os jornais aqui de Curitiba chegam a todos os quadrantes do Estado do Paraná, a televisão não chega e a rádio também não chega, lamentavelmente, para todos nós os paranaenses.

O SR. ALGACI TULIO

Somo-me a V. Exa. e digo também que a minha decepção é também com a TV Educativa do Paraná que poderia ser muito melhor aproveitada e ela poderia ter condições de chegar em todo o Paraná, evidentemente, levando as coisas, os valores do nosso Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, sem deixar de destacar também que recebemos semanalmente cartas do exterior, cartas que são encaminhadas por pessoas que estão em alto mar, em navios e que sintonizam a Rádio Clube Paranaense, cartas que vêm do Japão, da Austrália, de tantos e tantos outros países, porque conseguem sintonizar nas ondas curtas a potência da Rádio Clube a nossa programação.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A Mesa se associa as homenagens à Rádio PRB2, que foi, sem dúvida alguma, uma escola para todos aqueles que se dedicam ao rádio. E por muito tempo foi a única voz em todo o Paraná que a gente do interior, lá da Cidade de União da Vitória, também ouvia.

Parabéns, Deputado Algaci Tulio, pela sua contribuição e pela contribuição da PRB2.

O SR. ALGACI TULIO

Esqueci de citar V. Exa. que também é um dos pioneiros do rádio.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Somos colegas.

Horário das Lideranças.

PPB, com a palavra o Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor Presidente, Mesa Diretiva, nobres Pares.

Ocupamos aqui a tribuna para entre outros assuntos reforçarmos aqui o pronunciamento do ilustre Deputado-Presidente da CCJ, Basílio Zanusso, quando destaca com propriedade, com responsabilidade, com conhecimento de causa, a figura, a pessoa do Secretário Cândido Martins, responsável pela manutenção do Estado de Direito em nosso Estado.

Senhores Deputados, nós no estado democrático temos que conviver com o contraditório, e isso é normal. Agora, é preciso que nós, como legisladores que somos, precisamos e somos obrigados a nos atermos sob a tutela da lei.

Hoje no discurso do ilustre Deputado Ângelo Vanhoni, algumas colocações registramos, refletimos, e com todo o respeito Vanhoni, pela sua pessoa, combativo Deputado desta Casa, que se preocupa com os direitos dos menos favorecidos, há questões colocadas que extrapolam o Estado de Direito ao bom-senso, por exemplo, V. Exa. enaltece o marketing feito na imprensa que procura denegrir as ações da justiça, citando os exageros, os excessos, violências praticadas pela polícia.

Quero me ater somente as fazendas que visitamos junto com alguns companheiros da Bancada Ruralista porque o que vimos lá foi um trabalho feito com consciência, responsabilidade e uma preocupação de, apensar do cidadão que está ocupando aquela área ser um invasor, cidadão este que adentrou à propriedade de uma pessoa que a comprou reunindo seus recursos, fruto de seu trabalho. Este proprietário de um momento para outro se viu destituído do seu direito de exercer a posse do seu imóvel.

Foi tirado de lá, aliás, foi arrancado, foi escuraçado, foi tocado do seu domínio, e olha, ao arrepio da lei. Porque as invasões, nobre Vanhoni, estão sendo feitas fora do Estado de Direito e não podemos admitir porque como V. Exa. usa o termo *barbarie*, a *barbarie* que estamos assistindo é o linchamento da cidadania quando vemos no Relatório apresentado pelo INCRA que hoje temos o seguinte quadro: Total de Fazendas invadidas: 106; Fazendas com reintegração de posse decretadas: 47; Fazendas desocupadas: apenas 8; Falta cumprir: 41; Fazendas ainda ocupadas em litígio: 59; Total: 106.

Vejam os senhores, no Paraná, o segundo Estado a ser contemplado pelo maior número de invasões sobre a égide de que não temos terras produtivas, isto é um paradoxo: o Paraná detém 2,3% da área produtiva do país e corresponde a 23% toda a sua produção agrícola de grãos.

Então vejam senhores, multiplicamos por 10. Então a questão de discutir se é produtiva ou não, os números falam mais alto. Agora, existem bolsões e estamos trabalhando para isso.

Agora, querer manchar a figura do nobre Secretário de Segurança é uma ação impensada e inconseqüente porque se continuarmos nesta linha de que temos que pedir o afastamento do nobre Secretário de Segurança teremos também que pedir o afastamento do Presidente do Tribunal de Justiça porque as ações tomadas pelo Secretário de Segurança foram todas elas originadas pelas ordens de reintegração de posse determinadas pelo Tribunal de Justiça.

Então, o Secretário de Segurança estava apenas sendo um instrumento para que o Estado de Direito seja preservado neste Estado. Nós, então, não queremos ficar no discurso vazio aqui tomando um tempo precioso desta Casa. Para tal, nós da Bancada Ruralista, estamos trabalhando no sentido de formalizarmos uma Reforma Agrária moderna, eficiente e rápida dentro do Estado de Direito e para tal formamos o Conselho Estadual de Propriedade Rural do Paraná. Numa iniciativa dos Deputados Plauto Guimarães, Luiz Accorsi, Miltinho Puppio, Antonio Annibelli, Edno Guimarães, Luiz Fernandes Litro, Hermas Brandão mais o apoio do Professor e Jornalista Raphael, desta Casa, iniciamos o esboço de um grande Conselho Estadual de propriedade que vai ser formado por Lideranças de todo o Estado, de todas as regiões produtivas do Estado, com o objetivo de nós, da Bancada Ruralista desta Assembléia, das entidades associativas do meio rural, defendermos a propriedade rural, e de outro lado, assegurarmos o apoio constitucional para as iniciativas dessas entidades mencionadas.

Então, nós, com esse objetivo, queremos e vamos fazer um calendário para trabalharmos em conjunto de uma forma organizada, reunimos as forças vivas ligadas à terra, INCRA, Governo do Estado, Secretaria da Agricultura, EMATER, as sociedades rurais, que aqui faço questão de agradecer as presenças, nessa reunião onde votamos uma moção de apoio, estavam aqui nesta Casa além dos Deputados já falado, Accorsi, Plauto Miró Guimarães, Edno Guimarães e Hermas Brandão, estavam Federação da Agricultura, Sociedade Rural de Londrina, Sociedade Rural de Ponta Grossa, Sociedade Rural de Guarapuava, Sociedade Rural de Cascavel, Sociedade Rural de Loanda, Sociedade Rural de Maringá e Sociedade Rural de Umuarama, além de demais autoridades.

Vejam os senhores que esse é um trabalho que não é para fazer discurso, não é para fazer marketing e nem fazer da terra um instrumento para chegar ao poder; e sim um Conselho preocupado em manter a terra como um instrumento de geração de riqueza, e um instrumento de geração de trabalho, um instrumento de geração de alimentos, que é a primeira energia que absorvemos, que o ser humano absorve é o alimento. E o Paraná não pode

entrar nessa vala comum onde a esquerda quer usar esse instrumento como um meio de chegar ao poder.

Nós, a sociedade constituída, nós que somos eleitos pelo povo temos essa obrigação de ter essa consciência cívica e patriótica de que não vemos que o estado de exceção se instale no Estado do Paraná.

Por isso, eu aqui digo a V. Exas., precisamos continuar em estado de vigília, precisamos permanecer atentos, vamos dar sustentação política ao Governo Jaime Lerner, e pedir ao Governador Jaime Lerner de frente ao nosso Centro Cívico não sejam motivos para inibição, porque temos ainda mais de cinquenta propriedades que estão aí em estado de exceção, e os proprietários não podem voltar para plantar, para produzir, para cuidar dos seus pertences que foram comprados com o suor dos seus rostos.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado Braz Palma ouço as suas posições, esclarecendo do Conselho de Defesa à Propriedade Produtiva do Estado do Paraná, daonde se atrai e se convida uma série de entidades representativas dos produtores do nosso Estado para que façam parte desse Conselho, daonde o Senhor Deputado Braz Palma dirige em conjunto com os demais Deputados da Bancada Ruralista, e também os integrantes, e isto vai fazer com que consigamos nos aproximar ainda mais dos representantes, do real produtor rural do Estado do Paraná, para que em conjunto se ache a saída necessária, a saída que falta, para poder de uma forma colaborar com a reforma agrária no Estado do Paraná. Vimos declarações de uma série de proprietários, quando estivemos lá na região noroeste, se colocando a disposição, inclusive para fazer aquisição de terras para que essas possam ser doadas para que os assentamentos, daquelas pessoas que realmente tem ligação à terra, tem vocação para a terra e vieram da terra possam ser assentadas. Então, é de suma importância o papel que esse conselho vai desempenhar ajudando a Assembléia, ajudando os sem-terras, ajudando também e auxiliando também o Governo do Estado do Paraná.

Quero aqui falar algumas questões com relação ao Secretário de Segurança, ao Candinho, o Candinho é um homem que faz parte da história do nosso Paraná, é uma pessoa que já muitos serviços prestou para o nosso Estado, em todo período participou e participa da vida pública.

As imagens que vimos na rede de televisão são, segundo o próprio Secretário Cândido, parte delas, são antigas, com mais de cinco anos, onde o comandante daquela ação de treinamento já faleceu há dois anos. E também as demais imagens mostra-

das, todas elas, não ficaram claras: onde e qual é a propriedade, exatamente qual foi o dia. Segundo o Secretário, pelas colocações que fez à imprensa do Estado do Paraná, é de que houve montagem nessas fitas.

Essa convocação do Líder do Governo, para que segunda-feira, o Cândido esteja aqui na Assembléia Legislativa, vai nos ajudar muito, para que se possa transformar claro e transparente a realidade daquilo que acontece em uma desocupação.

Estivemos numa comissão supra-partidária na região noroeste analisando as áreas que foram desocupadas. Com todos que conversamos nas sete propriedades, com os proprietários, funcionários e moradores das cidades próximas ficou claro, para nós, Deputados, que lá estivemos, que a polícia agiu sem violência. É isso o que defendemos, a reforma agrária sem violência.

Tenho certeza que essas imagens que foram colocadas a público serão esclarecidas aqui, pelo Candinho, porque uma boa parte daquilo já é matéria vencida há muito tempo. Esses treinamentos e ações aconteciam antes do Jaime Lerner assumir o seu governo. Quando ele assumiu, ele cancelou, inibiu e proibiu aquele tipo de treinamento para a Polícia Militar.

Quero deixar uma pergunta para aqueles que discursaram, nobre companheiro Vanhoni, questionando as ações que a polícia vem desempenhando à noite e todas as situações aqui colocadas, as invasões acontecem à noite nas propriedades, a maior parte delas. Então estão questionando uma ação que a polícia venha a desempenhar à noite, que não sei se é verdade ou não, o Cândido vai contar para nós, se é ilegal.

Não sei qual o artigo, em qual código está escrito que a polícia não pode agir à noite. O Cândido tornará claro, com certeza, na segunda-feira, aqui, para todos nós. Se é ilegal a polícia à noite, quando numa necessidade, ou legal. Acho que a invasão não é legal, porque a partir do momento, em que eles invadem uma área que tem dono, eles estão burlando a lei, nobre Deputado.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Tenho certeza que esse Conselho de Defesa da Produtividade vai fazer com que a opinião pública paranaense e o governo do Estado e os Deputados dessa Casa tenham uma direção e uma linha equilibrada da realidade ajudando o Poder Executivo a implantar a reforma agrária nesse Estado.

Obrigado.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Quero parabenizar o nosso Líder Plauto, pelas suas colocações serenas e é por aí que vamos caminhar. Não vamos fazer bandeira nenhuma tremular, num estado de emoção, usando de certo exagero.

Precisamos trabalhar com responsabilidade. Esse é o objetivo que vamos buscar, com a criação desse Conselho Estadual do Proprietário Rural do Paraná.

Hoje, a terra, através de Agrobuniness (SIC) emprega 32 bilhões de brasileiros. O Brasil é um Estado Agrícola. Sabemos disso.

É preciso que avance a articulação para implantarmos a reforma agrária. Fizemos um estudo apurado de um instrumento que o Governo Federal tem, que sabemos que é um instrumento fragilizado.

O INCRA do Paraná, hoje, apresentando um documento pela própria diretora Rosalina, que é coordenadora do superintendente, disse em reunião: estamos sem condições, no momento, de fornecer dados exatos sobre as ocupações das terras: número de famílias assentadas e número de famílias que precisam de terra. Estamos trabalhando no escuro.

Nobres Pares precisamos organizar essa questão da Reforma Agrária, de uma forma profissional, quando digo profissional é quando temos todos os dados em mãos.

Vamos trabalhar com número de fazendas que são improdutivas no Paraná, que existem muitas, concordo. Fazendas com áreas que não estão sendo ocupadas devidamente, que a terra deve ser usada para produzir.

Temos um grande número de famílias. O líder dos sem-terra diz que são trezentas. Sei que no Paraná são setecentos mil trabalhadores avulsos, chamados bóias-frias. Que no meu entendimento deveriam ser os primeiros a ser contemplados pela terra, porque trabalham das quatro da manhã até às oito da noite para ganhar até sete reais por dia. Esses homens vivem na terra, os trabalhadores avulsos. Então o Conselho que estou presidindo está de uma forma em estado precário.

Esse Conselho está formado de uma forma que não é definitiva, porque o Presidente do Conselho deverá ser escolhido pelos Presidentes Regionais, que vamos formar, porque o Paraná tem muitas regiões, são regiões distintas. Enfim, o Paraná é um Estado onde tem uma diversidade de plantação, população e vamos respeitar tudo isso. E esses Conselhos Regionais vão formar o Presidente do Conselho.

E está aberto o Conselho, como disse, ele não está instalado de forma definitiva. Então queremos receber de V. Exa. sugestões, queremos que a esquerda nos dê sugestões para que possamos enriquecer esse Conselho. Normatizamos uma forma de ocuparmos essas terras e implantarmos a Reforma Agrária, porque na realidade o assentamento fica caro, para a sociedade, em torno de 22 mil reais custam para as nossas sociedades manter esse programa social.

É preciso que ele seja feito de forma consequente, cadastramento sério, com EMATER dando um atendimento logístico para que o produtor produza com eficiência, para que ele possa depois pagar ao Governo as terras que lhe foram apresentadas. Enfim, uma forma civilizada de fazermos a Reforma Agrária no Estado do Paraná.

Quero agradecer a todos, desculpe se não pude dar aparte.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

As suas colocações Deputado Braz Palma, não ficarão sem respostas quando tenta colocar o Tribunal de Justiça na mesma linha de responsabilidade, porque não é por aí.

(**Tumulto no Plenário**)

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra ao Deputado Pastor Edson.

O SR. PASTOR EDSON

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a essa tribuna, para trazer em pauta a baila o meu projeto de lei, que surpreendentemente tem sido mais polêmico do que eu esperava. Que ia ser polêmico é óbvio que seria, até porque qualquer assunto sempre existe os que são a favor e os que estão descontentes. Na minha área que entendo um pouquinho mais, costumo dizer que se nem o Senhor Jesus agradou todos, é óbvio que eu não iria agradar.

Tenho em mãos um recorte do jornal "Tribuna do Norte" dessa terça-feira, dia 22 de junho e o que me chamou a atenção é que a divisão de opiniões não se limita apenas à sociedade, mas até aos do ramos de motéis. Está aqui uma matéria onde parte dos donos de motéis discordam do meu projeto e dizem o porquê. Mas, parte dos proprietários aprovam o meu projeto.

Inclusive um deles diz assim:

"Cumprimento

Já um dos proprietários do motel Exakitu's, que também prefere não se identificar, é favorável ao projeto do Deputado Pastor. No passado existia uma lei que obrigava as pessoas a preencherem fichas tanto em motel como em hotel, o que caiu em desuso com o tempo, lembra. Ele salienta que na entrada de seu estabelecimento há um aviso que proíbe a entrada e permanência de menores naquele lugar. Quem permite a entrada é o responsável, diz."

Quer dizer, existe um aviso mais ou menos como aquele lá no fundo (aponta ao aviso localizado no fundo do Plenário) "Proibido Fumar", mas todo mundo fuma. No motel dele tem a observação: "Não é permitida a entrada de menores", mas há os

que tentam entrar, e até aqueles que entram. Ele não se responsabiliza por tal. Joga a responsabilidade para o funcionário que permite a entrada do menor.

Para ele não haveria problemas se a medida fosse adotada novamente. Mas ele questiona o cumprimento da lei. Quem é que fiscalizaria isso, já que as pessoas podem até apresentarem documentos falsos. Esse foi um detalhe que me chamou atenção.

Primeiro, um dono de motel ser a favor do meu projeto, porque no entendimento de muitos, eles seriam os primeiros a repelir o mencionado projeto. Segundo, o fato dele questionar quem é que fiscalizaria? Quer dizer, ele não conhece o projeto em sua essência total.

Gostaria de pedir a atenção de todos os Deputados para esse detalhe. Esperava da parte de todos que houvesse antes de se extenuar, que se analise o projeto. Providencio hoje uma cópia de projeto para todos, inclusive para o Presidente Aníbal Khury. Para que analisem o meu projeto antes de tirarem conclusões precipitadas. É um pedido que faço e acredito que mereço a devida atenção.

Assim como o dono do motel desconhece a essência do projeto, é interessante que os Deputados também venham tomar conhecimento de cada item do projeto e se somar nesse propósito que tem como única intenção, como disse, afirmei e reafirmo, inibir entrada de menores no motel. Ele faz uma observação: mas alguém pode forjar um documento falso e entrar no motel.

Mas daí não é mais problema do dono do motel, porque se assim fosse uma pessoa pode falsificar qualquer documento, desde a carteira de habilitação, até o título de eleitor e não é culpa da empresa, da firma, do motel.

Porque ela estará infringindo outra lei, pior que é falsidade ideológica.

Ele diz ainda mais, ele admite que a prostituição deve ser combatida a todo instante. Mas não é nada fácil esse trabalho, pois tem até quem queria subornar os funcionários do motel, para conseguir alugar um quarto.

Então você vê que a tentativa de burlar a fiscalização do motel é comum: menor entrar e ter acesso ao motel.

Então esta é a intenção do projeto, gostaria principalmente que V. Exas., indubitavelmente, que tem muito mais experiência, possam com carinho ao menos dar atenção a este projeto, dar uma lida no projeto e ver do que se trata antes de comentar se o projeto é bom ou ruim. Tentem conhecer na sua essência do que se trata.

Agradeço ao Presidente e aos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Com a palavra a Liderança do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Estou encaminhando à Mesa um requerimento do qual nós pedimos a convocação do Secretário de Segurança, para prestar esclarecimentos a esta Casa sobre as denúncias aqui formulados por alguns Parlamentares.

Como é objetivo do Governo Jaime Lerner a transparência do seu Governo é uma iniciativa do Líder do Governo e dos Deputados aliados, para que se convoque o Secretário Cândido Martins de Oliveira, para que ele venha a esta Casa prestar os esclarecimentos.

Apesar, Sr. Presidente, que o Secretário de Segurança, prestou todas as informações ao Líder do Governo, mas achamos melhor e por bem que o Secretário venha a esta Casa e preste ele esclarecimentos pessoalmente.

Então só para justificar o nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1440, de autoria dos Senhores Deputados Algaci Tulio, Geraldo Cartário, Plauto Miró Guimarães e demais Srs. Deputados, constante do expediente, requer a transformação da Assembléia Legislativa em Comissão Geral para apreciar o Projeto de Lei nº 346/99 Mensagem nº 012/99 - BANESTADO; para a próxima Sessão Ordinária do dia 28 do corrente mês. **Recebido na Forma do Art. 107, do Regimento Interno.**

Requerimento nº 1426, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente, requer a inversão da Ordem do Dia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de

Utilidade Pública o Centro de Recuperação Aldeia do Samaritano - CREAS, com sede e foro na Cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 76, de 22.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 353/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Aldeia do Samaritano - CREAS, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 338/99, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera o Artigo 3º da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998 e adota outras providências (FUNREJUS). PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. **(Publ. no D.A. nº 72, de 17.06.99 - Subs.)**

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Presidente

OFÍCIO Nº 249/99 - G.P.

Curitiba, em 16.06.99.

Senhor Presidente,

Encaminho para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que altera a Lei nº 12.216 de 15 de julho de 1998, que criou o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, ficando conseqüentemente prejudicada a tramitação do Projeto de Lei nº 460/98, o que foi encaminhado pelo Ofício nº 655/98 - GP, em 18 de novembro de 1998.

Dada a relevância da matéria, solicito que a mesma tramite em regime de urgência.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e distinta consideração.

(a) SYDNEY DITTRICH ZAPPA
Presidente

ANEXO I - Lei nº 1.060/60

ANEXOII - Lei nº 12.216/98

(A LEI Nº 12.216 encontra-se publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná nº 5292 no dia 15 de julho de 1998)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Presidente

OFÍCIO Nº 256/99 - G.P.

Curitiba, em 22.06.99.

Senhor Presidente,

Encaminho para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, acolhendo sugestão de ilustres integrantes da Comissão de Constituição e Justiça, novo aditamento ao substituto de anteprojeto de lei que altera a Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, que criou o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, proposta complementar ao artigo 1º, inciso VII, alínea b, para incluir entre os atos não sujeitos ao pagamento:

"Art. 1º -...

VII -...

b)...

18. os registros, ainda não formalizados, das escrituras públicas e dos compromissos de compra e venda, lavrados anteriormente à regulamentação da lei nº 12.216/98, pelo Decreto Judiciário nº 153/99".

Segue em anexo o texto do substitutivo do anteprojeto de lei com todas as alterações propostas.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e distinta consideração.

(a) SYDNEY DITTRICH ZAPPA
Presidente

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Presidente

OFÍCIO Nº 254/99 - G.P.

Curitiba, em 21.06.99.

Senhor Presidente,

Encaminho para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, em complemento ao substitutivo de anteprojeto de lei que altera a Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, que criou o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, proposta modificada ao artigo 1º, inciso VII, alínea b, item 2 e artigo 2º, para incluir entre os atos não sujeitos ao pagamento os referentes às cédulas de crédito à exportação, bem como para dar redação mais apropriada ao artigo 2º do referido substitutivo, os quais devem tramitar com o seguinte texto:

"Art. 1º -...

VII -...

b)...

2. os atos relativos às cédulas de crédito comercial, industrial e de exportação;

Art. 2º - O reconhecimento do percentual de 0,2% (zero vírgula dois por cento), previsto no inciso VII, do artigo 3º, da Lei nº 12.216/98, não excederá o valor máximo das custas fixadas no Regimento de Custas”.

Dada a relevância da matéria, solicito que a mesma tramite em regime de urgência.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e distinta consideração.

(a) SYDNEY DITTRICH ZAPPA
Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 338/99

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, visa alterar o art. 3º, da Lei nº 12.216, de 15 de junho de 1.998, que criou o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

Fundamentação

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, através deste projeto de lei objetiva explicitar os atos que não estão sujeitos ao pagamento previsto no art. 3º, inc. VII, da Lei nº 12.216. A iniciativa visa, também, impedir a duplicidade de pagamento de encargos - VII 0 a) que os atos que venham a ser praticados pelos ofícios anteriormente referidos não estão sujeitos ao recolhimento cumulativo, bem como dispensar de pagamento inerentes aos atos relativos das cédulas de crédito rural; os contratos de penhor rural e demais títulos representativos de produtos rurais; os atos relativos às cédulas de créditos comercial e industrial; os loteamentos urbanos e rurais; os atos de cancelamento ou baixa de pacto comissório, hipoteca, penhoras e outras garantias; entre outros, num total de 18 itens que serão isentos de pagamento, o que muito favorecerá a comunidade paranaense.

Conclusão

Isto posto, chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça, apresenta seu parecer favorável ao projeto, na forma do Substitutivo, que em anexo apresentamos.

Sala das Comissões, em 22.06.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO
Presidente e Relator

SUBSTITUTIVO GERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Art. 1º - O Artigo 3º, da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 3º...

(...)

VII - 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do título do imóvel ou da obrigação nos atos praticados pelos cartórios de protestos de títulos, registros de imóveis e Tabelionatos, observando-se que:

a) os atos que venham a ser praticados pelos ofícios anteriormente referidos não estão sujeitos ao recolhimento cumulativo;

b) não estão sujeitos ao pagamento:

1 - os atos relativos aos registros das cédulas de crédito rural, os contratos de penhor rural e demais títulos representativos de produtos rurais;

2 - os atos relativos às cédulas de crédito comercial e industrial e de exportação;

3 - os loteamentos urbanos e rurais;

4 - os atos de cancelamento ou baixa de pacto comissório, hipoteca, penhoras e outras garantias;

5 - os atos que dividirem imóveis ou os demarcarem, inclusive nos casos de incorporação que resultarem em constituição de condomínio e atribuírem uma ou mais unidades aos incorporadores;

6 - as convenções antenupciais;

7 - os atos referentes ao usufruto e ao uso sobre imóveis e sobre habitação, quando não resultarem de direito de família, desde que os bens não ultrapassem o valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais);

8 - os registros dos formais de partilha;

9 - os atos sem valores declarados;

10 - os atos lavrados com os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita e nos termos da Lei nº 1.060/50;

11 - os atos acessórios quando da prática de dois ou mais atos concomitantes, no mesmo procedimento;

12 - as entidades civis sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidade pública e inscritas no cadastro de entidades sociais do Paraná;

13 - as novações e as renovações das hipotecas legais, judiciais e convencionais, se realizadas no mesmo exercício financeiro;

14 - os atos cartoriais relativos a imóveis urbanos, com área construída de até 70 m² (setenta metros quadrados), destinados à moradia própria ou à constituição de bens de família;

15 - o imóvel comprovadamente destinado à residência do funcionário público;

16 - a renovação dos contratos de locação de imóveis, nos quais tenha sido consignada cláusula de vigência no caso de alienação;

17 - os atos comprovadamente isentos do ITBI (Imposto sobre Transmissão "inter vivos" de bens imóveis, por ato oneroso) ou do ITCMD (Imposto sobre Transmissão de "causa mortis" e doação de qualquer bens ou direitos);

18 - Os registros, ainda não formalizados, das escrituras públicas e dos compromissos de compra e venda, lavrados anteriormente à regulamentação da Lei nº 12.216/98, pelo Decreto Judiciário nº 153/99.

VIII - 80% (oitenta por cento) das custas decorrentes dos atos dos Tribunais de Justiça e Alçada, fixadas no Regimento de Custas;

(...)

XX - as custas decorrentes da aplicação do Artigo 51, § 2º, do Artigo 54, parágrafo único e do Artigo 55, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995;

(...)

XXIV - o produto da arrecadação das custas decorrentes dos atos dos Secretários dos Tribunais de Justiça e Alçada.

(...)

§ 3º - Será de R\$2,50 (dois reais e cinquenta centavos) o valor a ser recolhido ao FUNREJUS, por ato praticado nos Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

§ 4º - Para as hipóteses previstas no inciso VII, do Artigo 3º, da Lei 12.216/98, será considerado como base de cálculo o valor atribuído pelo órgão fiscalizador competente para a arrecadação do imposto incidente (ITBI e ITCMD).

Art. 2º - O recolhimento do percentual de 0,2% (zero vírgula dois por cento), previsto no inciso VII, do Artigo 3º, da Lei nº 12.216/98, não excederá o valor máximo das custas fixadas no Regimento de Custas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.06.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSI

Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana para discutir.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Para Discutir**)

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Apenas para discutir este projeto que com bastante serenidade está na Ordem do Dia, após manifestação deste Plenário a respeito do FUNREJUS, gostaria apenas de dizer, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que designado pelo Presidente Dep-

utado Anibal Khury, estivemos juntamente com o Deputado Hermas Brandão, conversando com o Presidente do Tribunal de Justiça, e levando a ele a preocupação de uma série de equívocos que aconteciam na prática com a votação do fundo de reequipamento do Poder Judiciário que votamos na Assembléia Legislativa, ainda no ano passado.

E setores importantes e já penalizados com impostos, contribuições, taxas da sociedade, estavam a reclamar verdadeiros absurdos, monstro, que havia se transformado o FUNREJUS. Entre eles, colocações claras de algumas incorporações aonde a taxa estava atingindo valores como 20, 30, 40 mil reais. Há fatos por exemplo, comentados de empresas estabelecidas aqui no Paraná, de que precisariam, fazendo empréstimos, colocar como garantia os seus próprios imóveis quando pagaria aproximadamente 500 mil reais de FUNREJUS. Por quê? Porque não havia um teto. E não havia nenhuma isenção. O pequeno produtor rural ao fazer uma cédula de financiamento na sua cooperativa, no seu sindicato, no Banco com que opera, estaria a pagar exatamente esse 0,2% de contribuição ao FUNREJUS.

O Tribunal houve por bem entender com serenidade, e nos enviou esse projeto que não é o ideal. Quero aqui registrar uma posição minha e de muitos companheiros desta Casa, quase que a totalidade ou a totalidade dos companheiros do próprio PMDB, não é o ideal, tem ainda coisas a serem acertadas, mas sem dúvida alguma desafoga momentaneamente, principalmente o produtor que vai fazer o seu empréstimo, a sua cédula rural, o pequeno e médio empresário que está a pagar, o proprietário de uma casa que ao registrá-la com menos de 70 metros quadrados, uma casa do Sistema Nacional de Habitação, por exemplo, teria que pagar este valor para o FUNREJUS. A cobrança em cascata, em sequência, o exemplo citado aqui desta tribuna, um imóvel por exemplo a ser escriturado através de procuração estava a pagar a taxa do FUNREJUS na escritura, ao se valer da procuração para fazer a escritura pagava de novo, e ao ir para o registro de imóveis pagava de novo. Houve uma transformação nesse sentido, só paga uma das taxas. Estabeleceu-se também um teto máximo, portanto, às custas do feito é o teto máximo para a cobrança do FUNREJUS em cartório.

Acho que este projeto inicialmente responde para com a solicitação da sociedade paranaense, embora muitos questionamentos continuem a existir a respeito do FUNREJUS, questionamentos que seguramente desembocarão inclusive, em ações contra a sua própria legalidade.

No entanto, esta Casa, não pode esperar deixando cidadãos, entidades, pessoas que necessitam de produzir, de ajudar a produzir neste Estado a

mercê de um Projeto de Lei que na prática se revelou injusto para muitos setores.

Entendendo isso, Deputado Basílio Zanusso, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, tão logo recebeu a distribuição avocou para si o parecer sobre o projeto para ganhar tempo e dando o parecer na sessão de ontem, o projeto está na Ordem do Dia, tenho certeza que toda a Assembléia Legislativa votará favorável porque estará dando resposta à solicitação de muitas entidades que estão a reclamar o valor exagerado que representava a Lei do FUNREJUS, votada por esta Casa no passado. Se isto não é tudo, é, pelo menos, o paliativo possível neste instante para que possamos, já de imediato, permitir que as ações de financiamentos, de propriedade agrícolas para plantio, das ações das cooperativas, dos sindicatos, os registros de imóveis de pequenas propriedades, as ações que tramitam nas Varas Cíveis e Criminais, possam na verdade já dar andamento sem o empecilho de segurar na gaveta em razão dos altos custos da taxa do FUNREJUS.

Era isso, Sr. Presidente, espero que ao votarmos no dia de hoje, estejamos...

O SR. BASÍLIO ZANUSSO

Deputado Caíto, quero cumprimentar V. Exa. por discorrer sobre este fato importante para nós Deputados, que inclusive dessa conquista de vários pronunciamentos do Deputado Braz Palma, de V. Exa. que conhece bem, porque é serventuário de justiça. O Tribunal foi diligente ao atender os clamores, os discursos dos Srs. Deputados, que atendendo telefonemas, mensagens, ofícios da área produtiva do Estado, especialmente da agricultura, o Tribunal agiu rapidamente encaminhando para esta Casa, como bem V. Exa. falou, um rol de isenções de transações de proprietários, empréstimos e etc., especialmente a agricultura foi privilegiada. Apenas para dizer para V. Exa. que foi uma vitória também desta Casa, junto ao Tribunal, foi o fato de também ficarem isentos de qualquer pagamento as escrituras, os contratos feitos anteriormente a Lei e V. Exa. ainda lembrou-se, ainda ontem, antes do Substitutivo, a necessidade de se incluir no rol desses benefícios o fato desses imóveis, adquiridos ao longo do tempo, não foram escriturados, registrados e nisso também concordou, plenamente, o Tribunal de Justiça conosco. Apenas para fazer referência, porque também é importante, para dizer que os recursos dessa Lei são destinados ao reequipamento do Poder Judiciário, a exemplo do que se faz com o DETRAN e também ao Fundo Penitenciário, 40% desses recursos vão para o Fundo Penitenciário, além também de recursos que são destinados à pesquisa do Instituto Tecnológico do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Vossa Excelência, Deputado Basílio Zanusso, apenas para sentirmos a gravidade da lei que estava em vigor, e é importante que a gente avalie com profundidade leis como essa, que atribuem ao cidadão contribuições, aqui está isentando, por exemplo, um inventário. O que aconteceria pela lei anterior no inventário? Paga-se para a execução do inventário, uma família que tenha, por exemplo, 10 herdeiros, cada um recebe um formal de partilha e cada um desses formais de partilha no instante de registrar no registro de imóveis teria que pagar a taxa do FUNREJUS. Por esta lei que está isentado o recolhimento da taxa de FUNREJUS no registro de formais de partilha.

Portanto, é uma lei que esta Assembléia, tenho certeza, vota com a maior das satisfações, porque ela só beneficia a todos os segmentos, fica aqui a única questão que é discussão posterior, alheia a este Plenário sobre a própria Lei do FUNREJUS.

Portanto, nós, neste momento, fazemos a nossa colaboração para podermos pôr em prática o quanto antes possível as isenções aqui determinadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (Para encaminhar)

Estamos fazendo a alteração do art. 3º, da Lei 12.216, de 15 de julho de 1998, e com muita alegria queremos registrar e parabenizar, em especial, a Comissão de Constituição e Justiça que agiu rapidamente e fez as alterações tão reclamadas pelas várias atividades, várias empresas, vários ramos de atividade do nosso Estado, que se sentiram prejudicados, em especial a atividade agrícola que estava penalizada por estas taxas, apesar de que, quero deixar registrado aqui, que existe ainda e precisamos um pouco mais para que, sem prejudicar o Fundo de Reestruturação do Judiciário, possamos também nos atermos aos contratos de empresas cooperativas que quando tomam dinheiro emprestado para repassar aos proprietários rurais, este contratos não estão isentos desta taxa.

É um assunto que depois vamos conversar com os nobres Pares, com o Caíto Quintana e os companheiros que estão preocupados com a questão desta taxa e, como foi resolvido isto aqui, com o Tribunal de Justiça concluindo que realmente é preciso que tenhamos a sensibilidade suficiente para ao conseguir recursos, não inibirmos as atividades econômicas.

Então, quero parabenizar esta Casa e dizer que, levantamos esta questão, estamos felizes e tenho certeza que esta Casa continua sendo a res-

sonância de todos os anseios da sociedade e, que ela está agindo prontamente cumprindo com o seu papel. Legislamos, às vezes erramos, exageramos mas temos a humildade para voltarmos atrás e atendermos porque é na sociedade que está o bom-senso, é a voz do povo, é a voz de Deus!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Votação ao Projeto 338/99.

Aprovado.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Recanto das Águas, com sede e foro no Município de Piraquara. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 58, de 31.05.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 282/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Recanto das Águas, com sede e foro no Município de Piraquara.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 614/97, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que concede Título de Cidadão Honorário ao Sr. Reinhold Stephanes. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado** com voto contrário da Bancada do PT e do Deputado Nereu Moura. **(Publ. no D.A. nº 183, de 26.11.96)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 614/97

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, o projeto de lei em tela visa conceder Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Reinhold Stephanes.

Fundamentação

A medida, além do caráter altamente meritório constatado conforme justificativa que acompanha a presente proposta, encontra-se em conformidade com a Lei Estadual nº 5638/67 a qual a concessão de Cidadania Honorária paranaense, objetivo desta medida. Sendo assim verificamos a inexistência de óbices de natureza regimental, legal e constitucional à tramitação normal do projeto nesta Casa de Leis.

Conclusão

Neste sentido, esta douta Comissão de Constituição e Justiça ao ser chamada a opinar vem a fazê-lo no sentido de aprovar a matéria ora em análise, emitindo pois parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CESAR SELEME - Relator

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/99, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, que dá nova redação ao Art. 1º, da Lei nº 11.493, de 22 de julho de 1996, que alterou a Lei nº 11.254, de 21 de dezembro de 1965, que criou o Município de Bela Vista da Caroba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, requerimento nº 1424, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 189/99, Item 06 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, por 02 (duas) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 189/99 por 2 (duas) sessões.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Para Encaminhar**)

O Deputado Caíto Quintana solicitou minha aquiescência no sentido de retirar o presente projeto até segunda-feira para que ele seja incluído na Ordem do Dia de terça-feira. Se houver este entendimento com a Mesa, concordo em adiá-lo para terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

A Mesa vai por em votação e fazer o possível, dentro das normas regimentais para que este projeto volte na terça-feira.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão. **Aprovado.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Gralha Azul, com sede e foro no Município de Curitiba. PARE-

CER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J..
Aprovado, artigo por artigo.

Emenda. **Aprovada.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 095/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Moradores da Vila Rosa, lote de terreno situado no Município de Jacarezinho. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 092/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a implementar mecanismo de apoio e incentivo as atividades de artesanato. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.A.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 197/99, de autoria dos Deputados Cesar Seleme e Chico da Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em regime de comodato, à Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, o imóvel que especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 32, de 26.04.99).**

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 139/99, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade Pública a Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu, com sede e foro em Laranjeiras do Sul. **Aprovado. (Publ. no DA nº 20, de 05.04.99).**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a Mesa, Requerimento nº 1431, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, da mesma forma Algaci Tulio prestou a sua homenagem ao Willian Sade que hoje integra a nossa assessoria, e evidentemente integra o quadro de assessores nesta Casa por sua trajetória no Rádio, nós gostaríamos também nesse momento de homenagear o Jamur Júnior que foi um daqueles que integrou a Rádio Paranaense, a B-2. E muito mais do que o Willian e o que o Jamur, eu queria prestar uma homenagem a uma pessoa que é muito querida de todos nós, Sr. Presidente, aqui na Assembléia Legislativa, e

que também fez sua carreira pelos microfones da Rádio Clube Paranaense, a nossa querida B-2, é a nossa querida Zezé, a Zezé hoje do Departamento Médico, mãe do Vereador Mário Celso Cunha, que em 1940, conhecida como Zezé Ribas, iniciou a sua carreira aos quinze anos de idade na Rádio Clube Paranaense, que naquele momento era conhecida como Zezé Ribas, a garota que tem o samba na alma. Então, ao homenagear a B-2 nada mais justo do que homenagearmos também a nossa querida Zezé, uma das figuras mais admiradas do Poder Legislativo do Paraná.

Requerimento nº 1429, de autoria do Sr. Deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1435, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

O requerimento será encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores, que por sua vez encaminhará ao Cônsul do Paraguai.

Requerimento nº 1436, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Srs. Deputados Algaci Tulio, Chico Noroeste, Nereu Moura, Nelson Justus e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1421-A, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, com apoio do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1437, de autoria dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni, Nereu Moura, Hermes Fonseca e Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requer ao Governo do Estado do Paraná a destituição do Secretário de Segurança Pública, Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A solicitação é de exclusiva competência do Governador do Estado. Encaminho ao Sr. Governador Requerimento do Deputado Vanhoni e dos outros Srs. Deputados como sugestão, determinando que se anexe ao mesmo as notas taquigráficas do discurso do Deputado Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, mesmo sabendo da competência do Governador do Estado do Paraná para nomear e demitir seus assessores, a Assembléia Legislativa pode, através de uma posição política,

expressar a vontade da Assembléia Legislativa a respeito de um assessor ou não na permanência do cargo, em função dos compromissos, da responsabilidade que possa ter esse assessor na condução da sua pasta. Pergunto a Vossa Excelência, à Mesa Executiva, o Requerimento poderia ser votado mesmo como sugestão?

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Como sugestão acho que a competência é da Mesa. Agora, Vossa Excelência tem o direito de recorrer ao Plenário da decisão da Mesa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Porque uma moção que nós aprovamos, por exemplo, uma moção de apoio a uma determinada personalidade, a um determinado evento, é uma moção votada pelo conjunto da Assembléia, na realidade fiz em forma de requerimento porque é o requerimento que tem mais o objetivo de fazer uma moção ao Governo do Estado do Paraná para que, para expressar a vontade da Assembléia de manter o Secretário ou não manter o Secretário.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

O requerimento de Vossa Excelência seria válido se o Regime fosse Parlamentarista. mantenho a minha decisão.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 1422, de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1425, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Deferido.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1430, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1432 e 1433, de autoria do Sr. Deputado Edson Praczyk, constante do expediente. **Retirados pelo autor.**

Requerimento nº 1434, de autoria do Sr. Deputado Edson Praczyk, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1438, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1439, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, com apoioamento do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em discussão, em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

Rejeitado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vai se proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Oito Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezoito rejeitam.

Rejeitado o requerimento.

O SR. IRINEU COLOMBO

Sr. Presidente, referente ao tema, me inscrevo em Explicações Pessoais, no final dessa sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Referente ao tema é matéria vencida, mas Vossa Excelência está inscrito nas Explicações Pessoais.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Irineu Colombo, inscrito.

O SR. IRINEU COLOMBO

(**Explicações Pessoais**)

Senhor Presidente, seria importante que a Bancada do Governo ouvisse o que vou falar agora. Vou ler uma matéria do jornal. Foi reprovado o requerimento de pedido de urgência de instalação do seguro agrícola na Assembléia do Estado do Paraná, com o máximo de urgência.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vossa Excelência está falando em Explicação Pessoal?

Concedo a palavra a V. Exa..

O SR. IRINEU COLOMBO
(**Explicações Pessoais**)

Obrigado V. Exa..

Inclusive atropelando V. Exa. no sentido que a Bancada do Governo estava se retirando, com um tom irônico, na minha fala. Mas mesmo assim, sozinho, serei o baluarte na defesa da agricultura no Paraná.

O Jornal "Folha do Paraná" diz que a COSESP (sic) é uma estatal paulista, trabalha com seguro agrícola, está fazendo rural no Paraná. A procura dos produtores paranaenses surpreendeu até os diretores da empresa. Segundo Carlos Eduardo Carvalho, da área de planejamento de novos produtos da COSESP, na safra 98/99 foram fechados mais de sete mil contratos, praticamente o mesmo número de contratos a pedido de São Paulo, onde a empresa vem atuando nos últimos 31 anos. A empresa identificou que há um nicho de mercado no Paraná, onde os produtores estavam desestimulados com o PROAGRO. Já movimentava mais de cinco milhões no ano/agrícola 98/99 primeiro ano que intensificou as operações no Estado. Para a safra 99/2000 pretende dobrar o atendimento.

O dinheiro do paranaense, do produtor de soja e do milho está indo para São Paulo, para uma Estatal. E essa Assembléia, já faz muito tempo tem um projeto de seguro-agrícola, apoiado pela grande

maioria dos Parlamentares, que apóiam a agricultura, a exemplo dos Deputados Orlando Pessuti, Edgar Bueno, Augustinho Zucchi e tantos outros. Queremos que esse projeto ande.

Infelizmente, mais uma vez os Deputados do Governo demonstraram, aqui, que não querem que a agricultura do Paraná seja tratada com respeito que mereça e manda cinco milhões, por ano, para o Estado de São Paulo, para que os produtores rurais façam o seguro com a COSESP, estatal paulista. É uma vergonha que alguns dos Deputados do Paraná não tenham essa sensibilidade pela agricultura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermes Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 28, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 190, 224, 283, 285 e 294/99.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 282, 338, 346, 353/99 e 614/97.

Levanta-se a sessão.